

**CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL 10 DE TAGUATINGA**

**PROPOSTA PEDAGÓGICA - 2020**

***FORMANDO FUTUROS CIDADÃOS COM VALORES ÉTICOS E MORAIS***

SUMÁRIO

Mensagem.....	02
Apresentação.....	03
Introdução.....	04
Missão.....	05
Histórico da Instituição Educacional.....	06
Diagnóstico.....	07
Objetivo Institucional e Objetivos Institucionais da SEDF.....	08
Objetivos Específicos.....	09
Princípios Norteadores.....	11
Organização Administrativa.....	13
Gestão Administrativa e Pedagógica.....	15
Instituições Educacionais.....	18
Organização Curricular/Metodologia.....	20
Organização Pedagógica.....	20
Plano de Permanência e evasão escolar.....	24
Matrizes Curriculares do Ensino Fundamental de 9 anos – Anos Finais.....	27
Avaliação do Processo de Ensino e de Aprendizagem.....	28
Avaliação Processual, Formativa e Contínua.....	29
Avaliação Institucional.....	32
Gestão Pedagógica.....	34
Avaliação da Proposta Pedagógica.....	38
Educação Inclusiva.....	39
Projeto Interdisciplinar "Jogos Inter classe".....	48
Projeto PDE: Plano de Desenvolvimento da Escola.....	50
Projeto "Ler é mais que um prazer".....	53
Projetos bimestrais interdisciplinares – Teia de Conhecimento.....	55
Projeto Sala de Recursos Generalista.....	57
Projeto Ética social: Um novo olhar para grandes mudanças.....	60
Projeto interventivo: Hábitos de estudo- Um aliado à aprendizagem (SOE).....	64
Referências Bibliográficas.....	67

## MENSAGEM

“O projeto da escola depende, sobretudo, da ousadia dos seus agentes, da ousadia de cada escola em consumir-se como tal partindo da "cara" que tem, com seu cotidiano e o seu tempo-espaco, isto é, o contexto histórico em que ela se insere. Projetar significa "lançar-se para frente", antever um futuro diferente do presente. Projeto pressupõe uma ação intencionada com um sentido definido, explícito, sobre o que se quer inovar”.

## APRESENTAÇÃO

O Centro de Ensino Fundamental 10 de Taguatinga, localizado na QSE 05/07 Área Especial 01, Taguatinga Sul, CEP 72.025-050, telefone: 3901-7667, e-mail: cef10.taguatinga@edu.se.df.gov.br, foi inaugurado em 1962 e, depois, saiu no Ato de criação do decreto 481 de 14 de janeiro de 1966. Após o ato de mudança de denominação na Resolução 95-CB de 21 de outubro de 1976 e editado no DODF número 30 de onze de fevereiro de 1977, atende alunos do Ensino Fundamental Regular, dos anos finais (6º ao 9º anos), em dois turnos: matutino e vespertino. Tem como gestores atuais Ricardo Luís de Sousa – diretor, matrícula 207.963-1 e Samíramis Queiroz de Brito – vice diretora, matrícula 200885-8. O Projeto Educativo do Centro de Ensino Fundamental 10 de Taguatinga, “ Formando Futuros Cidadãos com Valores Éticos e Morais”, que ora é apresentado, visa a permitir à comunidade escolar vivenciar experiências reais do desempenho da cidadania por meio do conhecimento e prática dos valores éticos, morais e legais, utilizando-se da interdisciplinaridade de temas atuais e fomentar a educação de adolescentes visando a assimilação de aprendizagens através da organização escolar em ciclos. O processo de elaboração do projeto contou com o apoio de toda comunidade escolar, isto é, pais, alunos, professores e servidores desta instituição que se reuniram nas coordenações para esse fim. .

Estratégias serão desenvolvidas para alcançar os objetivos propostos, aproveitando experiências anteriores como subsídios, provocando:

1. Implementação da organização escolar em ciclos;
2. Melhoria do funcionamento harmônico e eficiente da escola;
3. Metodologias que possibilitem o encontro das soluções para problemas pontuais;
4. Introdução de inovações que favoreçam a eficácia do processo de ensino aprendizagem;
5. Integração entre toda comunidade escolar;
6. Valorização da educação como meio de transformação social.

## INTRODUÇÃO

Cada pessoa nasce como indivíduo, contudo, a existência e realização de cada um só são possíveis quando vivemos o coletivo, e para viver o coletivo e aprendermos à experiência as inter-relações, cada um com suas peculiaridades e características individuais, inseridos num contexto social, no qual a educação é impreterível para a realização de cada cidadão participativo.

## **MISSÃO**

Nossa escola tem por missão educar o aluno, desenvolvendo sua personalidade por meio de uma ação pedagógica dinâmica, permanentemente atualizada e humanista. Desta forma, possibilita a formação de um cidadão globalizado, capaz de contribuir para a evolução da sociedade, através de um ensino de qualidade, garantindo o acesso e permanência do aluno na escola. Através do processo de ensino aprendizagem, nós preparamos o jovem para a vida, capacitando-o a adquirir conhecimentos e tornando-o competente para aplicá-los e enfrentar os desafios que a vida lhe trará, estimulando a iniciativa, a independência e promovendo o espírito de responsabilidade social. Além do mais, incentivamos o aluno a lutar por seus sonhos até o fim, esforçando-se para superar todos os obstáculos.

## HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL

O Centro de Ensino Fundamental 10 de Taguatinga foi inaugurado em 1962 e na época se chamava Escola Classe nº 02 de Taguatinga, sendo a segunda escola mais antiga de nossa cidade. Com o passar do tempo e a criação de outras escolas classes no setor sul de Taguatinga, percebeu-se a necessidade de implantação de um Centro de Ensino para atender à comunidade local, no segmento de 6º a 9º ano, fato que ocorreu em 1988. Após 15 anos de atendimento nas séries citadas, foi realizada uma estatística sobre a clientela. Somente 11% dos alunos pertenciam à comunidade local, os outros 89% residiam nos novos assentamentos do Riacho Fundo, Águas Claras, Estrutural, Recanto das Emas, Samambaia, entre outros, o que dificultava maior entrosamento com a comunidade.

O CEF 10 de Taguatinga continua enfrentando o desafio de promover maior integração com a comunidade escolar, pois a clientela atendida é bem variada e o número de alunos pertencentes à comunidade local ainda é inferior ao de alunos oriundo de outras Regiões Administrativas.

Foi inserido o PDE (Plano de Desenvolvimento da Escola) a partir do ano de 2008, devido à baixa média no IDEB (Indicador de Desenvolvimento da Educação Básica) na escola. O PDE auxilia a escola a desenvolver os projetos pedagógicos. Por problemas administrativos, a escola não está recebendo a verba, mas tem alcançado bons rendimentos, por contar com profissionais qualificados e comprometidos com o sucesso de seus educandos. Nos últimos anos, o IDEB chegou aos 86% de rendimento.

A escola recebe unicamente verbas do PDAF (Plano de Descentralização Administrativa e Financeira). O PDAF tem como objetivo contribuir na realização do projeto pedagógico, administrativo e financeiro da escola. O planejamento da utilização da verba é realizada em reuniões com a comunidade escolar no decorrer do ano letivo.

Problemas como violência, pichações, drogas, depredação do patrimônio público e desestrutura familiar interferem diretamente no cotidiano escolar, portanto são temas das atividades pedagógicas. Outro problema enfrentado nesta Instituição de Ensino é a falta de uma quadra de esportes para a prática de Educação Física, pois atualmente a quadra externa, isto é, da comunidade, não está sendo utilizada devido à insegurança do local. A construção de uma quadra no espaço interno é inviável, por não possuir espaço físico adequado, por isso a incorporação da quadra

externa ou uma cobertura nas áreas de lazer internas é uma reivindicação da escola.

## DIAGNÓSTICO

O principal desafio a ser enfrentado dá-se ao fato da grande maioria da comunidade escolar não fazer parte da comunidade local, dificultando assim a integração escola x comunidade. A falta de participação dos alunos e familiares nos eventos realizados justifica-se pelas dificuldades financeiras. Essa clientela revela-se carente também de cultura, de cidadania, de informações básicas para o desenvolvimento social. Por outro lado, a comunidade escolar é composta por sua quase totalidade de alunos sem defasagem escolar série/idade, o que se tornou um ganho pedagógico sendo, portanto, consequência de um esforço contínuo do corpo docente.

Estamos sempre criando mecanismos para atrair os pais por meio de eventos, tais como:

1. Dia do Estudante;
2. Gincanas;
3. Festa da Família;
4. Dia da Consciência Negra;
5. Passeios;
6. Palestras temáticas;
7. Jogos Inter Classe;
8. Festa Junina;
9. Conselho de Classe:
  - Ordinário
  - Extraordinário;
10. Reuniões de pais:
  - Bimestrais;
  - Extraordinárias;
  - Atendimento na sala de recursos;
  - Atendimento junto à orientação educacional.



Além disso, há o atendimento feito pelos professores nos dias de coordenação, as entrevistas com a orientadora, supervisor e/ou coordenadores pedagógicos e as solicitações de intervenção através da direção nas questões que necessitam da legitimação das mais diversas ações promovidas pela escola.

## **OBJETIVO INSTITUCIONAL**

Estimular os alunos, enquanto futuros cidadãos, de forma a despertar a consciência da importância do exercício dos direitos e deveres, da educação na vida dos indivíduos e da necessidade da prática do bom convívio social.

Promover a aprendizagem dos conteúdos significativos em consonância com a Organização em Ciclos para as aprendizagens.

Diminuir a evasão e a retenção escolar.

## **OBJETIVOS INSTITUCIONAIS (SEEDF)**

- Propiciar a construção e assimilação de conhecimento adquirido ao longo da Educação Básica;
- Preparar o aluno para o exercício da cidadania;
- Aprimorar o educando como pessoa, incluindo a formação ética e moral;
- Desenvolver a autonomia intelectual e o pensamento crítico;
- Propiciar o desenvolvimento integral do educando em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade;
- Contemplar a teoria e a prática no desenvolvimento dos eixos do currículo;
- Permitir a atuação do aluno como protagonista do processo de ensino e de aprendizagem para que possa ser um cidadão participativo na sociedade.

## OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar os conceitos relativos à escola, família e sociedade para formação de conhecimentos pertinentes à convivência social.
- Estimular a interação dos diversos segmentos da comunidade escolar, através de atividades corrigidas.
- Desenvolver conceitos relativos à cooperação, com educação, participação e solidariedade, dentre outros;
- Criar uma maior conscientização dos alunos em relação à Educação, a partir da percepção e valorização éticas sociais.
- Implantar gestão democrática de forma que, com a participação da comunidade escolar, priorize-se a qualidade de ensino, pré-requisito básico para formação consciente, crítica e construtiva, tornando o aluno capaz de perceber a realidade que o cerca e modificá-la, diminuindo os contrastes de oportunidades latentes em nossa sociedade.
- Proporcionar ao aluno a reflexão e vivência de valores, resgatando-o de maneira que o influencie em sua postura no dia a dia.
- Promover a integração escola, aluno e comunidade.
- Proporcionar atividades culturais, esportivas e científicas, visando à integração social.
- Promover fóruns e palestras sobre temas pertinentes às realidades encontradas.
- Analisar e discutir o papel da família, da escola e da sociedade na formação totalitária do aluno.
- Estimular a valorização das ações cooperativas, solidárias, de respeito ao ser humano para uma melhor vivência educacional.
- Promover a Semana da Família, visando maior envolvimento da família com a escola.
- Proporcionar atividades e palestras sobre sexualidade, violência e pichação.
- Promover a Semana de Educação para a Vida, possibilitando a melhoria na convivência, a elevação da autoestima e a alimentação saudável.
- Proporcionar o intervalo cultural com grupos de danças, recital de poesias, musicais, atividades esportivas, etc.

- Proporcionar o entendimento sobre a importância dos valores para a saúde mental, física e para uma relação harmônica com as pessoas e com a natureza.
- Proporcionar ações para a conscientização da coleta seletiva do lixo.
- Proporcionar o gosto pela leitura.
- Promover os Jogos Interclasses, possibilitando uma maior socialização e momentos de lazer e descontração.
- Participar da Olimpíada Brasileira de Matemática;
- Proporcionar avaliações e planejamentos pedagógicos da comunidade escolar no Dia Letivo Temático;
- Desenvolver atitudes de respeito pelo eu, pelos outros e pelo meio-ambiente.
- Proporcionar na comunidade escolar reflexões sobre a discriminação racial e a valorização do ser humano;
- Comemorar o dia da Consciência Negra, dia 20 de novembro;
- Consolidar na comunidade escolar um espaço permanente para ações voltadas à melhoria, preservação do meio ambiente e uma qualidade de vida;
- Melhorar e revitalizar as instalações da escola.
- Criar ações para o cumprimento das normas escolares por todos os segmentos da escola.
- Participação efetiva do colegiado nas ações da escola.
- Definir a destinação dos recursos financeiros.
- Valorizar e acompanhar o planejamento escolar.
- Criar instrumentos de avaliação.
- Desenvolver e aplicar práticas pedagógicas diferenciadas.
- Implementar a utilização dos recursos áudio visuais.
- Desenvolver, em cada bimestre, uma avaliação multidisciplinar e contextualizada, na qual o aluno possa perceber a inter-relação entre as disciplinas e os conteúdos, a partir de temas geradores;
- Desenvolver na escola o Projeto de Saúde, promovido pelo PISE (Programa Integrado de Saúde Escolar), o qual oferece ações preventivas e curativas, nas áreas de oftalmologia e nutrição para os alunos;

- Proporcionar um ambiente escolar seguro, no qual não haja preconceito, discriminação, apesar de que deve haver o entendimento do bullying;
- Participar de eventos promovidos pela Gerência Regional de Ensino de Taguatinga;
- Proporcionar, junto ao posto de saúde, ações preventivas e curativas e de educação nas áreas de oftalmologia e nutrição, avaliando a saúde dos estudantes;
- Proporcionar a distribuição de cartilhas informativas para prevenção de doenças transmissíveis e distúrbios de linguagem.
- Proporcionar a vacinação para professores, servidores, apoios, alunos, pais e toda a comunidade.
- Recuperar alunos em defasagem de aprendizagens por meio de intervenções pedagógicas pontuais e em reagrupamentos durante o ano letivo;
- Contribuir para a superação dos desafios relativos à educação de maneira a tornar a escola um local propício à apropriação do conhecimento de maneira agradável.

## **PRINCÍPIOS NORTEADORES**

Conforme disposto na LDB 9.394/96 artigos 12, 13 e 14; na Resolução 01/2009, Decreto 6.094/2007, Diretrizes da Avaliação do Processo de Ensino e Aprendizagem para Educação Básica, Lei 4.036/2007, Livro da Eliane Ferrari, Portaria 01/2009 da Educação Integral, Regimento Escolar das Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, Parecer 62/99 do Conselho de Educação do Distrito Federal, nos Parâmetros Curriculares Nacionais e no Currículo da Educação Básica das Escolas Públicas do Distrito Federal, o projeto educativo do CEF 10 de Taguatinga “FORMANDO FUTUROS CIDADÃOS COM VALORES ÉTICOS E MORAIS”, visa a permitir à comunidade escolar vivenciar experiências reais do desempenho da cidadania através do conhecimento e prática de valores éticos, morais e legais.

Este projeto foi elaborado pela comunidade escolar a partir do diagnóstico da clientela atendida. O grupo docente trabalhará de forma interdisciplinar com o objetivo de integrar as áreas de conhecimento e de proporcionar ao aluno uma visão mais panorâmica acerca das habilidades e competências a serem desenvolvidas.

Serão utilizados temas transversais atuais que contemplem os objetivos do projeto, destacando ainda o papel do professor como orientador e do aluno como protagonista no desenvolvimento das atividades.

Será feita também a contextualização das diversas formas de Aprendizagem, as quais serão abordadas nos projetos destacados nesta proposta. Podemos citar os seguintes exemplos: Educação Inclusiva, Uso Consciente da água, Jogos Interclasse, Gincanas, Semana da Família, Dia Nacional da Consciência Negra, Projeto Vivendo Valores na Educação, PDE, Semana de Educação para a Vida, Programa de Saúde na Escola. Também se toma como referência os fundamentos norteadores da prática educativa da educação básica, como:

- Princípio ético – valores de solidariedade, respeito mútuo, justiça, desenvolvimento humano sustentável, entre outros;
- Princípios políticos educacionais – práticas pedagógicas com os avanços sociais e tecnológicos;
- Princípios epistemológicos – construção e reconstrução do conhecimento; renovação das práticas pedagógicas (interdisciplinaridade e contextualização);
- Princípios didático-pedagógicos – práticas pedagógicas com os avanços sociais e tecnológicos.
- Princípios estéticos – ações que estimulem a criatividade, a curiosidade, a emoção e as diversas manifestações artísticas;

E, também, conta-se com a implementação do Plano de Desenvolvimento da Escola com fundamentação legal do Decreto Lei 6094/07. PDE Escola é um Programa voltado para o aperfeiçoamento da gestão escolar democrática e inclusiva. O Programa busca auxiliar a escola, por meio de uma ferramenta de planejamento estratégico, disponível no SIMEC, a identificar os seus principais desafios e, a partir daí, desenvolver e implementar ações que melhorem os seus resultados, oferecendo apoio técnico e financeiro para isso.

## **ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

A Escola dispõe de:

### **DEPENDÊNCIAS FÍSICAS:**

- 16 salas de aula, 1 sala de jogos para Educação Física e 1 sala de informática com computadores);
- 01 sala de leitura (biblioteca);
- 01 sala de coordenação / supervisão;
- 01 sala de professores;
- 01 sala de direção;
- 01 sala do SOE
- 01 sala de assistência;
- 01 secretaria;
- 02 banheiros de professores com 02 sanitários cada;
- 02 banheiros com 07 sanitários cada e duas duchas cada um;
- 01 banheiro para portador de necessidades especiais com 01 sanitário;
- 01 pátio coberto;
- 02 banheiros de servidores com 02 sanitários cada;
- 01 sala de descanso com 01 fogão, 01 geladeira;
- 01 estacionamento interno com 20 vagas;
- 01 cantina;
- 01 depósito para gêneros alimentícios com 01 freezer, 01 fogão e 02 geladeiras duplex;
- 01 almoxarifado;
- 01 depósito para arquivo morto;
- 01 depósito de artigos de higiene e limpeza;
- 01 auditório;
- 01 quadra poliesportiva;
- 02 salas de vídeo áudio visual;

## **EQUIPAMENTOS**

- 01 equipamento de som completo;
- 01 telão;
- 04 Micro systems;

- 04 Datas show;
- 02 purificadores de água gelada;
- 01 PABX.
- 05 ar condicionados
- 01 Copiadora;
- 20 computadores;
- 09 impressoras;

## **ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

### **O- ADMINISTRATIVO**

- Organiza toda a parte administrativa;
- Controla patrimônio;
- Providencia pequenos reparos;
- Responde ofícios e memorandos;
- Controla merenda escolar.

### **B- CHEFE DE SECRETARIA**

- Responde pela documentação de alunos;
- Realiza o Censo Escolar;
- Emitem boletins, mapas de notas, dados para o projeto Renda Minha.
- Levantamentos e pesquisas junto à CRET

### **C- CARREIRA ASSISTÊNCIA À EDUCAÇÃO**

- 07 pessoas.

### **D- SERVIDORES DA LIMPEZA**

- 08 pessoas (serviço terceirizado).

### **E- VIGIAS**

- 04 pessoas (serviço terceirizado).

## **GESTÃO ADMINISTRATIVA E PEDAGÓGICA**

#### A- DIRETOR

- Responsável por reuniões fora da escola;
- Responsável pelas verbas (PDDE, PDE, PDAF e Mais Educação/Educação Integral);
- Elabora documentação da escola, APAM, CAIXA ESCOLAR, CONSELHO ESCOLAR;
- Conservação das dependências da escola e de equipamentos;
- Realiza reunião pedagógica com professores;
- Orienta a pais, professores e alunos;
- Executa compras para a escola;
- Aquisição de materiais;
- Elabora calendários especiais e cronogramas referentes aos bimestres e demais eventos.

#### B- VICE-DIRETOR

- Atende alunos;
- Atende professores;
- Promove reuniões com o corpo docente;
- Executa a revisão do administrativo;
- Preside conselhos de classe;
- Promove atividade extraclasse para os alunos.

#### C- SUPERVISOR PEDAGÓGICO

- Acompanhar o preenchimento do diário de classe;
  - Programar, acompanhar e avaliar a Proposta Pedagógica da instituição educacional;
  - Orientar e coordenar os docentes nas fases de elaboração, execução, implementação e de avaliação da Proposta Pedagógica;
  - Divulgar e incentivar a participação dos professores em todas as ações pedagógicas promovidas pela instituição educacional, pela Diretoria Regional de Ensino e pela Subsecretaria de Gestão Pedagógica e Inclusão Educacional, inclusive as de formação continuada;
  - Estimular, orientar e acompanhar o trabalho docente na implementação do Currículo da Educação Básica das Escolas Públicas do Distrito Federal, por meio de pesquisas, de estudos individuais e em equipe e de oficinas pedagógicas locais;



- Divulgar e estimular o uso de recursos tecnológicos, no âmbito da instituição educacional, com as orientações metodológicas específicas;
- Orientar os professores recém-nomeados e recém-contratados quanto ao desenvolvimento da Proposta Pedagógica;
- Realizar reflexão avaliativa da equipe, objetivando redimensionar as ações pedagógicas.

#### D- APOIO DE DIREÇÃO

- Auxilia na parte pedagógica;
- Controla horário de entrada e saída;
- Cuida da disciplina nos corredores;
- Auxilia nos conselhos de classe;
- Promove atendimento a pais;
- Efetua entrega de notas;
- Repassa avisos em sala de aula.

#### E- COORDENADOR PEDAGÓGICO

- Programa a coordenação pedagógica;
- Contribui na elaboração de projetos pedagógicos a serem desenvolvidos na escola;
- Promove e incentiva a formação continuada nas coordenações pedagógicas;
- Incentiva o debate sobre a organização em ciclos nas coordenações;
- Juntamente com a sala de recursos promove o debate, recolhe sugestões e orientações sobre as atividades adaptadas dos alunos com necessidades educacionais especiais;
- Organiza as avaliações diagnósticas e orienta a implementação dos projetos interventivos
- Representa a escola em reuniões externas;
- Mantém contato permanente com o coordenador intermediário;
- Propõe a integração dos professores;
- Contribui para a organização do Projeto Político e Pedagógico;
- Organiza conselhos de classe;
- Promove atendimento aos pais;
- Verifica diários de professores;
- Faz entrega de notas;

#### F- ORIENTADORA EDUCACIONAL

- Promove atendimento individualizado e coletivo a alunos e pais;
- Promove palestras;
- Realiza pré-diagnósticos e encaminha alunos de acordo com suas necessidades;
- Trabalha e encaminha alunos que apresentam problemas de conduta.

#### G - ADMINISTRATIVO

- Assistir ao Diretor e ao Vice-Diretor em assuntos administrativos;
- Coordenar o planejamento das atividades administrativas, bem como sua execução e avaliação;
- Providenciar a criação ou o remanejamento de recursos materiais para a melhoria das condições de ensino, incluindo a reprodução e a montagem de materiais didáticos;
- Zelar pela aplicação da legislação pertinente;
- Assessorar a aplicação e a execução dos recursos oriundos do Programa de Descentralização Administrativo-Financeiro – PDAF, nos termos da legislação vigente.
- Distribuir tarefas entre os Serviços e Setores administrativos da instituição educacional;
- Zelar pelo cumprimento das disposições contidas neste Regimento;
- Manter atualizado o cadastro dos profissionais de educação da instituição educacional;
- Acompanhar e informar a frequência dos profissionais de educação da instituição educacional, bem como assuntos relativos ao pagamento e demais informações relacionadas à sua vida profissional.

#### H – SECRETARIA

- Assistir à Direção em serviços técnico-administrativos, especialmente, referentes à vida escolar dos alunos das instituições escolares;
- Planejar, coordenar, controlar e supervisionar as atividades da Secretaria Escolar;
- Organizar e manter atualizados a escrituração escolar, o arquivo, as normas, as diretrizes, legislações e demais documentos relativos à organização e funcionamento escolar;

- Instruir processos sobre assuntos pertinentes à Secretaria Escolar;
- Atender aos pedidos de informação sobre processos relativos à Secretaria Escolar e demais documentos, respeitando o sigilo profissional;
- Coordenar o remanejamento escolar, a renovação de matrículas e efetuar matrículas novas, observando os critérios estabelecidos na Estratégia de Matrícula para as instituições educacionais públicas do Distrito Federal;
- Formar turmas, de acordo com os critérios estabelecidos na Estratégia de Matrícula;
- Assinar documentos da Secretaria Escolar, de acordo com a legislação vigente;
- Incinerar documentos escolares, de acordo com a legislação vigente;
- Atender a comunidade escolar com presteza e eficiência;
- Utilizar o sistema de informação, definido para a Rede Pública de Ensino, para registro da escrituração escolar.

#### I - PROFESSORES

- 33 professores em sala de aula; (28 efetivos, sendo 21 de 40h e 04 de 20h e 14 professores substitutos);
- 05 professores readaptados (sendo 01 no apoio a direção, 02 no apoio pedagógico e 01 na biblioteca);
- 02 coordenadores pedagógicos;
- 01 diretor;
- 01 vice- diretora;
- 01 supervisor pedagógico;
- 01 orientadora educacional.

### INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS

As instituições escolares existentes na escola são:

**Caixa Escolar** - Instituição jurídica, de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como função básica administrar os recursos financeiros da escola, oriundos da União, estados e municípios, e aqueles arrecadados pelas unidades escolares, ou seja, são unidades financeiras executoras, na expressão genérica definida pelo Ministério da Educação. Os recursos recolhidos por ela destinam-se à aquisição de bens e serviços necessários à melhoria das condições de funcionamento da escola,

incluídos no seu plano de desenvolvimento. A estrutura da Caixa Escolar é geralmente constituída de um presidente, que é o diretor ou o coordenador da escola, de um tesoureiro e do conselho fiscal. Recomenda-se que o conselho fiscal seja integrado por membros do colegiado. Ela é composta de três órgãos: assembleia geral, diretoria e conselho fiscal. Este último compõe-se de representantes de pais de alunos e de outras pessoas da comunidade. A Caixa Escolar e o Colegiado Escolar, juntos, se complementam, cabendo ao colegiado aprovar as prioridades propostas pela escola para a alocação de recursos e a prestação de contas de sua aplicação. A caixa viabiliza a aplicação dos recursos, observando os instrumentos legais em vigor e de acordo com as prioridades aprovadas pelo colegiado. Embora já venha se instituindo historicamente, ancorada nos movimentos sociais desde a década de 70, a Caixa Escolar passou a ter maior importância a partir de meados da década de 90, quando o MEC passou a transferir recursos financeiros diretamente para as unidades escolares, de acordo com o princípio da escola autônoma, estabelecido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996.

**Conselho Escolar** – É um ponto de apoio importante na elaboração de estratégias, sugestões de atividades e eventos para a melhoria dos aspectos pedagógicos da escola. As reuniões serão mensais, envolvendo os componentes do conselho, para tratar de assuntos pertinentes. Suas resoluções e sugestões são passadas à comunidade escolar para devida aplicação ou respectiva reflexão. O Conselho Escolar é constituído por representantes de pais, estudantes, professores, demais funcionários, membros da comunidade local e o diretor da escola. Cada escola deve estabelecer regras transparentes e democráticas de eleição dos membros do conselho. Cabe ao Conselho Escolar zelar pela manutenção da escola e participar da gestão administrativa, pedagógica e financeira, contribuindo com as ações dos dirigentes escolares a fim de assegurar a qualidade de ensino. Os integrantes do Conselho têm funções deliberativas, consultivas, fiscais e mobilizadoras, garantindo a gestão democrática nas escolas públicas. Entre as atividades dos conselheiros estão, por exemplo, definir e fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à escola e discutir o projeto pedagógico com a direção e os professores.

### **ORGANIZAÇÃO CURRICULAR/METODOLOGIAS**

A nossa busca é reverter diversos aspectos que interferem no alcance da aprendizagem. Para nós, é imprescindível a busca de ações que potencializem os

valores que encontramos latentes em nossos alunos e a reversão do processo que vai desde o abandono intelectual, responsabilidade tanto da família quanto da escola, e questões mais particulares, como a elevação da baixa autoestima. Deseja-se a apreensão de aspectos que venham positivar o caráter produtivo numa perspectiva de olhar para o futuro.

Olhar reconhecendo que somente unidos poderemos promover mudanças representativas e de qualidade incontestáveis.

Os projetos aqui descritos são apenas ferramentas de mudança, em processo de pleno aprimoramento, buscando resultados qualitativos dando primazia à progressão continuada, em que a avaliação assume função diagnóstica e formativa.

- Projeto interventivo de superação de dificuldades das aprendizagens
- Projetos bimestrais com temas geradores relevantes
- Projeto Interdisciplinar "Jogos Inter classe"
- Projeto PDE: Plano de Desenvolvimento da Escola
- Projeto "Ler é mais que um prazer"
- Projeto Sala de Recursos Generalista

## **ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA**

O principal objetivo da educação básica é preparar o aluno para o exercício da cidadania, por meio da socialização no espaço escolar de conhecimentos, competências, habilidades, valores e atitudes. Seus princípios estruturantes são: a diversidade de experiências e vivências pessoais dos alunos; a resolução de problemas de diferentes tipos; o domínio da palavra escrita como ferramenta para compreender o mundo; o conhecimento como recurso para tomar decisões.

Isso implica necessariamente a decisão sobre quais conteúdos devem ser ensinados e aprendidos na escola, ou seja, como a instituição educacional vai desenvolver e organizar seu currículo, como um conjunto de atividades sistemáticas de ensino-aprendizagem que visam a atender os objetivos e princípios previstos para a educação escolar. Os conteúdos escolares refletem os significados e valores culturais e sociais que foram e são construídos no infinito processo de interação do homem com o mundo natural e social.

Esses conteúdos são atualizados nas práticas de sala de aula quando o professor escolhe as metodologias mais adequadas para a aprendizagem, os recursos didáticos, os processos de avaliação e recuperação.

Os conteúdos, quando associados às competências e habilidades que os alunos desenvolvem para transformá-los em conhecimento, podem ser expressos em termos das expectativas de aprendizagem, ou seja, de um conjunto de “fazer e saberes” possíveis a partir da apropriação destes conteúdos, não apenas como algo que se repete na memória, mas também como o que resulta de operações mentais simples ou complexas que envolvem obrigatoriamente os sujeitos da aprendizagem - os alunos.

Sendo assim, as Competências da Educação Básica se apresentam da seguinte forma:

- Percepção de si como pessoa, pertencente a um grupo social, em suas diversidades, capaz de relacionar-se e de intervir nas práticas sociais, culturais, políticas e ambientais, consciente de seus direitos e deveres.
- Apreensão da norma padrão da língua portuguesa e demais variedades linguísticas, assim como de várias linguagens: corporal, verbal e escrita, literária, matemática, artística, científica, tecnológica, filosófica e midiática, na perspectiva do letramento.
- Acesso ao conhecimento de uma língua estrangeira, construindo e aplicando conceitos, para entender a si próprio e ao mundo, e ampliar sua visão, contribuindo para sua plena participação social.
- Conhecimento e compreensão das semelhanças e diferenças culturais, religiosas, étnico-raciais, geracionais e de gênero, a fim de valorizar a sócio diversidade e ampliar a capacidade crítico-reflexivo, articulada à formação para o mundo do trabalho, priorizando a ética, o desenvolvimento da autonomia e do pensamento.

E como Competências também definidas para o Ensino Fundamental seguem:

- Apropriação de conhecimentos, articulando-os e aplicando-os para elaboração de propostas que possam intervir na realidade, desenvolvendo a cooperação, coletividade, solidariedade e cidadania.

- Compreensão das diferentes linguagens: corporal, verbal/escrita, matemática e artística, científica e tecnológica, na perspectiva do letramento, construindo e aplicando conceitos das várias áreas de conhecimento para entender o mundo e a plena participação social.
- Identificação das semelhanças e diferenças culturais, religiosas, étnico-raciais e de gênero, valorizando a sócia diversidade e opondo-se à exclusão social e à discriminação.
- Compreensão dos fenômenos naturais, dos processos histórico-geográficos, da produção tecnológica e científica e das manifestações socioculturais, colocando-se como sujeito que observa, investiga e transforma as situações e, com isso, transforma a si mesmo.
- Interpretação, seleção e organização de informações e dados apresentados por diferentes fontes para decidir e resolver situações-problema.

A escola é o lugar onde o aluno aprende a conhecer a si mesmo, ao outro, a se comunicar e a interagir com a sociedade. Cabe, então, à escola, respeitar a individualidade de cada um, proporcionando experiências e vivências significativas que venham contribuir para que essa aprendizagem aconteça de forma prazerosa. Cabe a escola também oferecer uma educação de qualidade, voltada para o desenvolvimento e crescimento do ser humano. A escola é, então, o local onde os alunos buscam a orientação necessária para a realização de construções significativas que possibilitem esse desenvolvimento.

Nesse contexto, a contribuição do Orientador Educacional é de suma importância para essa construção, pois esse profissional promove a verdadeira integração que torna cada pessoa sujeito, estabelecendo um sistema de relações libertadoras em todas as dimensões da comunidade educativa. Abre espaço para todas as pessoas envolvidas no processo ensino aprendizagem, para que sejam agentes do próprio conhecimento e corresponsáveis nas relações libertadoras, visando à autonomia e interdependência dos serviços e pessoas. O Orientador é o profissional dentro da escola que pode encontrar alternativas de ações que possibilitem ao professor rever sua prática, rever a forma como se relaciona com os educandos e seus próprios colegas educadores, descobrir que tipo de professor é, construir seu próprio conhecimento e sua identidade profissional. Ele deve ter como propósito atuar como elo entre escola e família, buscando sempre um bom ajustamento do educando para alcançar o bom desenvolvimento de suas

competências. Deve assumir funções de assistência ao professor, aos pais, às pessoas da escola com as quais os educandos mantêm contatos significativos, no sentido de que aqueles se tornem mais preparados para entender as necessidades dos educandos, tanto com relação aos aspectos cognitivos e psicomotores, como aos afetivos. Portanto, a construção aberta ao diálogo, à troca, ao respeito, ao prazer pelo conhecimento e à valorização do ser humano é a chave para uma boa atuação e valorização do orientador educacional, bem como para a formação de uma sociedade constituída de cidadãos que gozem de liberdade e autonomia, possibilitando uma convivência feliz.

A escola dispõe da sala de recursos para atender alunos com necessidades educacionais especiais, pois as diretrizes inclusivas para a Educação Especial têm como marco a promulgação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006) que, com a equivalência de Emenda Constitucional, possibilitou a edição do Decreto 6571 de 17 de setembro de 2008 e a Resolução Nº 4 do CNE/CEB, publicada no dia 2 de outubro de 2009. O Atendimento Educacional Especializado (AEE), garantido pelo artigo 208 da Constituição Federal, é hoje regulamentado e deve ser ofertado no período oposto ao da escolarização para que não incorra em prejuízo para o aluno com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/super dotação, tendo em vista que um dos objetivos da educação é o exercício da cidadania e a participação das pessoas com deficiência em uma sociedade plural e livre. O AEE torna-se efetivo, e a inúmeras atribuições do professor da Educação Especial, da modalidade que acompanha todas as etapas do ensino, demonstra a sua importância dentro da política nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva. O professor da Educação Especial tem papel fundamental na promoção da educação inclusiva e no acesso à escola e permanência dos alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento. Cabe a ele, entre outras coisas, orientar, sugerir, adaptar, apoiar e dar o suporte necessário para o aluno e o professor de turmas regulares, e demais profissionais da educação. Ele vai fornecer-lhes estratégias que permitam o desenvolvimento das habilidades e potenciais do educando, e, sempre que possível, com a plena participação das famílias envolvidas. O Atendimento Educacional Especializado – AEE - é o modo de igualar condições, romper barreiras e possibilitar a participação efetiva e plena na sociedade. Professores da Educação Especial e de classe comum devem trabalhar juntos para atingir os objetivos da inclusão educacional, abrindo mão de ideais pré-concebidas e reconhecendo cada aluno como único,



independente da condição. Todos os alunos podem crescer, aprender e estudar juntos.

Os princípios orientadores da organização e da gestão curricular do ensino fundamental, bem como da avaliação das aprendizagens, também se baseiam nas seguintes leis:

- Menciona que serão realizadas ações pedagógicas de adequação curricular que assegurem aos alunos com necessidades educacionais especiais o acesso, a permanência e o sucesso escolar em atendimento à Lei 9.394/96 – LDBEN;
- Atende à Lei nº 11.796/08 (Obrigatoriedade do ensino de música nas escolas públicas);
- Atende à Lei nº 11.645/08 (inclusão da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e indígena);
- Direito e cidadania, previstos pela Lei Distrital nº 3.940/07;
- Direitos da Criança e do Adolescente – Lei nº 11. 525/07, que acrescenta o § 5º ao art. 32 da Lei nº 9394/96, de 20.12.06;
- Serviço voluntário, que também deverá fazer parte da proposta pedagógica das instituições educacionais de Ensino Fundamental e Médio, de fórum interdisciplinar, de acordo com a Lei Distrital 3.506/2004 e Decreto nº 28. 235/07;
- Educação Ambiental preconizada pelas leis Federal 9.795/1999 e Distrital 3.833/2006;
- Educação Financeira no currículo do ensino fundamental, descrito na Lei 3.838/2006.

## **PLANO DE PERMANÊNCIA E EVASÃO ESCOLAR**

Foi feita a apresentação do projeto aos membros da comunidade docente, gestão, orientadores educacionais e Sala de Recursos Generalistas. Esta iniciativa ocorreu porque precisamos manter a sintonia com primado freireano, sustento teórico desta ação extensionista. Temos o compromisso de um olhar cuidadoso sobre a escola pública. Lá se forma a massa da população, os mais marginalizados e dos quais são negadas garantias fundamentais dos bens públicos.

Selecionou-se o Ensino Fundamental porque nos anos finais desta etapa há um índice bem expressivo de evasão escolar, como divulgado pelo senso

escolar de 2017 na página eletrônica do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Outro dado relevante extraído do documento é que muitos estudantes dos anos finais desistem da educação regular e, quando retornam, se matriculam na Educação de Jovens e Adultos, rompendo um ciclo importante da sua formação. Cabe a ressalva de que a escola escolhida tem um índice pequeno de evasão. O projeto foi acolhido no sentido de manter o quadro discente sem evasão até o fim do ano.

Discutiu-se que as oficinas do projeto “Cidadania é legal. Começa com leitura e dela para a vida inteira” poderiam dialogar e contribuir com os trabalhos da disciplina de Projetos da escola. Esta disciplina já existe no currículo escolar. A partir deste ano de 2019, ela recebeu uma configuração mais específica, incorporando obrigatoriamente atividades que incorporem cálculos (articulada à Matemática), leitura e produção de textos (articulada à Língua Portuguesa). Neste sentido, haja vista o nosso objetivo, fez-se com a escola o compromisso de semanalmente oferecer uma oficina em parceria com o professor de projeto de leitura e produção de textos. No nosso caso, vamos contribuir com a leitura, a discussão e o debate do texto legal como instrumento de preparação para a cidadania dentro da própria escola.

A direção fez-nos o pedido de que, neste início de ano, sejam elaboradas oficinas sobre os princípios que determinam aos membros da comunidade escolar o dever de cuidar do ambiente escolar e como esta ação ou o descumprimento dela se desdobram frente às normativas da escola. Outra solicitação foi que levássemos as reflexões às ações de estímulo aos alunos, de maneira que sentissem o desejo de pertencimento à escola. Isso vai ao encontro de uma ação que interfira na evasão, diminuindo os índices de desistência.

Neste sentido, tivemos que buscar acesso ao regimento escolar e ao manual do aluno. Em diálogo com estes dois textos, estão sendo preparadas 4 oficinas para o mês de fevereiro. Será feita uma articulação com a LEI 8069 de 13 de julho 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Atendendo à solicitação da escola, foram selecionados do ECA os artigos Art. 116 e 117. A partir destes será trabalhada a reponsabilidade que o aluno tem no cuidado com o ambiente escolar e como isso se desdobra para as suas relações fora da escola. O conhecimento do sentido da norma como bem discute Aristóteles em *Ética a Nicômaco* é uma possibilidade para que o sujeito

compreenda a importância de equilibrar o comportamento nas relações coletivas. Este equilíbrio trabalhado cotidianamente, proporciona a construção e o aprimoramento das virtudes. Estas são construções que compõem na forma como o adolescente lida com ele mesmo e nas suas relações coletivas. Com os artigos 208 a 224 serão oferecidas dinâmicas pelas quais os estudantes possam refletir e se sentir amparados e encorajados à permanência na escola e a não desistir dos estudos.

A intenção é provocar-lhes o desejo de pertença à comunidade escolar e levá-los a refletir sobre o compromisso que têm juntado ao próprio aprendizado. E que este é o caminho para lutarem por melhorias das suas próprias condições de aprendizes cidadãos.

Articulado a esta perspectiva, está o trabalho também aplicado sobre o respeito mútuo sobre o qual discorre O Capítulo II, nos artigos 15 aos 18 da ECA ao determinar que a criança e o adolescente. Para tal intento articulou-se a uma atividade já prevista na escola: uma sessão de cinema com comentários e debates em sala sobre o respeito à diferença, à diversidade e cultura na integração social e subjetiva. Fatos que, por vezes não acontecerem, podem acarretar na desistência de alunos, ou de permanecerem na escola, ou de se sentirem parte da comunidade; logo, podem ser causas de exclusão social em massa do cenário escolar.

Filiadas a estas ações, no decorrer do ano letivo, serão ofertadas uma série de oficinas contemplando o estudo do Estatuto da Criança e do Adolescente para fomento de conhecimento, ideias e ações que contribuam para formação crítica da comunidade escolar. Tem-se na sociedade uma visão negativa de que a ECA motiva a rebeldia e o enfrentamento da criança e do adolescente. Uma percepção imprecisa. O ECA bem como as leis devem e precisam ser ensinados na escola. Porque elas tornam o cidadão reconhecedor de seu papel como membro que de fato é pertencente ao meio, a começar pelas regras em casa e na escola como instrumentos para leva-lo a ler mais, estudar mais. Portanto, vinculado à cultura do saber. Assim sendo, a evasão escolar pode começar a ser entendida pelo adolescente como um atraso em seu processo de formação e inserção na cidadania. Logo, compete à escola esta tarefa de orientação crítico-pedagógica.

## **MATRIZES CURRICULARES DO ENSINO FUNDAMENTAL DE nove ANOS**

### **– ANOS FINAIS**

I-Linguagem, Códigos e suas Tecnologias:

- Língua Portuguesa (05 aulas semanais de 6º ao 9º ano)
- Arte (02 aulas semanais de 6º ao 9º ano)
- Educação Física (03 aulas semanais de 6º ao 9º ano)

II- Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias:

- Matemática (05 aulas semanais de 6º ao 9º ano)
- Ciências naturais (04 aulas semanais de 6º ao 9º ano)

III- Ciências Humanas e suas Tecnologias:

- História (03 aulas semanais de 6º ao 9º ano)
- Geografia (03 aulas semanais de 6º ao 9º ano)

IV- Parte Diversificada:

- Língua Estrangeira Moderna (02 aulas semanais de 6º ao 9º ano)
- Projeto Interdisciplinar I (01 aula semanal de 6º ao 9º ano)
- Projeto Interdisciplinar II (01 aula semanal de 6º ao 9º ano)
- Projeto Interdisciplinar III (01 aula semanal de 6º ao 9º ano)

Total de aulas semanais: 30 aulas em cada ano.

Total de carga horária semanal (hora relógio): 25 em cada ano

Total semestral (hora relógio): 500 em cada ano

Total anual (hora relógio): 1000 em cada ano

**OBSERVAÇÕES:**

- 1- Módulo aula de 50 (cinquenta) minutos.
- 2- O horário de início e término do período letivo é definido pela instituição educacional.
- 3- O intervalo é de 15 (quinze) minutos.

4- Os projetos interdisciplinares são definidos pela comunidade escolar de acordo com a Proposta Pedagógica.

## **AVALIAÇÃO PROCESSO DE ENSINO E DA APRENDIZAGEM - ORGANIZAÇÃO ESCOLAR EM 3º CICLO PARA AS APRENDIZAGENS**

O CEF 10 de Taguatinga unificou em todos os componentes curriculares a forma de avaliação.

A unificação foi concluída a partir da necessidade de estabelecermos critérios coerentes quanto à metodologia aplicada e quantificada conforme regimento escolar dessa Secretaria, além de ser um pressuposto da Organização em Ciclos que considera uma pedagogia diferenciada, o trabalho coletivo e a avaliação formativa visando promover a progressão do estudante sem prejuízo da qualidade.

A avaliação é um processo dinâmico, e nela estão as melhores intenções para acolher, apreciar e avaliar o que se ensina e o que se aprende. No caso da avaliação formativa, também denominada avaliação para as aprendizagens, tem como foco o processo de ensino e aprendizagem e pretende aperfeiçoá-lo mediante o uso de uma perspectiva de interação e de diálogo, respondendo a professores e estudantes na lógica do feedback e da auto avaliação, bem como utilizando os dados da avaliação diagnóstica como fomentadora da ação. Dado a importância do feedback na Organização em Ciclos, o CEF 10 adota como meio para identificar as experiências e aprendizagens dos estudantes a avaliação diagnóstica e a avaliação diagnóstica interna. Essa última elaborada pela própria escola que se apropriando dos dados fornecidos da Avaliação em Destaque coloca em prática o projeto interventivo de superação das dificuldades de aprendizagens, desenvolvido ao longo do ano letivo das disciplinas de PD com ênfase em Língua Portuguesa e Matemática.

As estratégias pedagógicas utilizadas na perspectiva da avaliação formativa e diagnóstica são as seguintes:

- Reagrupamentos;
- Seminário;
- Oficina;
- Atividades diversificadas;
- Estudo Dirigido;
- Projeto Interventivo.

Projetos Bimestrais interdisciplinares.

A tabela abaixo descreve de maneira geral as estratégias de avaliação quantificando cada uma delas, por acreditarmos que teremos uma metodologia justa e aplicável em qualquer componente curricular:

ESTRATÉGIA	VALOR
AVALIAÇÃO FORMATIVA	5,0
TRABALHOS/ATIVIDADES DE CLASSE/PARTICIPAÇÃO	3,0
PROJETO BIMESTRAL INTERDISCIPLINAR	2,0
TOTAL	10,0

Cabe ainda salientar que, como proposta pedagógica a elevação dos níveis de aprendizagem dos alunos, após obtenção das notas bimestrais, os professores terão a oportunidade de realizar o reagrupamento uma vez por bimestre. O objetivo do reagrupamento é justamente colocar em prática o feedback proposto pela organização em ciclos. Neste momento o aluno tem a oportunidade de superar as dificuldades de aprendizagem não alcançadas no bimestre anterior.

### **AVALIAÇÃO PROCESSUAL, CONTÍNUA E DIAGNÓSTICA**

De acordo com as Diretrizes de Avaliação do Processo de Ensino e de Aprendizagem para a Educação Básica, a avaliação processual deve fazer parte da ação avaliativa proporcionando ao aluno a oportunidade de revisão dos conteúdos, os quais teve dificuldade no seu cotidiano escolar. Ela funciona como uma intervenção imediata e conseqüente promoção do desenvolvimento do processo de ensino e de aprendizagem.

Os instrumentos e procedimentos desta avaliação compreendem as pesquisas, relatórios, questionários, testes, entrevistas, dramatizações dentre outros, todas inseridas no processo de ensino e de aprendizagem.

A avaliação processual visa a acompanhar, orientar, regular e redirecionar a prática pedagógica utilizada no dia a dia em sala de aula. Nesta perspectiva, o aluno pode tomar conhecimento de seus avanços e dificuldades,

cabendo ao professor o papel primordial de mediador do conhecimento, através de uma prática pedagógica diferenciada.

Avaliar implica observar, analisar, descrever e explicar o processo de ensino e de aprendizagem, visando aconselhar, informar e indicar mudanças, funcionando em uma lógica cooperativa que faz do diálogo uma prática e da reflexão uma constante. Em síntese, para professores, é visão cada vez mais detalhada sobre o processo de ensinar e aprender e constitui-se num elemento articulador que acompanha a prática pedagógica e os seus resultados.

Com base nos pressupostos apontados, pode-se concluir, dessa forma, que a avaliação deve realizar-se também numa perspectiva formativa, que transforma o espaço educativo em um ambiente de desafios pedagógicos e de construção de conhecimentos e de competências.

O processo avaliativo transcende a ação de “dar nota para o aluno”, uma vez que pressupõe uma tomada de decisão do professor e demais membros da comunidade escolar quanto à maneira de se ver a instituição educacional e a educação. É preciso avaliar todos os aspectos envolvidos no processo, sendo fundamental a participação de alunos, professores, gestores, funcionários e comunidade.

A avaliação formativa indica como os alunos estão se modificando em direção aos objetivos propostos, visto que informa ao professor e ao aluno sobre o resultado do processo de ensino e de aprendizagem, favorecendo a consciência de ambos acerca do trabalho que vêm realizando, bem como indica, ao professor e à instituição educacional, as melhorias que precisam ser efetuadas no trabalho pedagógico para atender às demandas dos alunos.

Nessa perspectiva, tudo e todos são avaliados, uma vez que a avaliação formativa promove a aprendizagem e o desenvolvimento do aluno, do professor e da instituição educacional.

A avaliação diagnóstica por sua vez é realizada no início de um processo de aprendizagem e tem como função obter informações sobre os níveis de conhecimento, aptidões e competências dos estudantes. No CEF10 a avaliação diagnóstica é dividida em dois aspectos, o institucional realizado pela SEEDF e o interno, realizado pela escola no mês de agosto em consonância com o projeto de intervenção.

Adotando-se a avaliação formativa, os alunos passam, então, a desenvolver estratégias para aprender, a participar do processo de ensino e de aprendizagem, a

construir habilidades de auto avaliação e de avaliação pelos colegas, e a entender a sua própria aprendizagem.

Sem sombra de dúvidas, a avaliação é a tarefa mais difícil e delicada que a escola e seus educadores se deparam em seu processo pedagógico. O ensino aprendizagem é um processo que visa à aquisição de consideráveis graus de conhecimento e de habilidades que demandam mudanças de comportamento de todos os envolvidos neste processo e, a avaliação é tida como o principal elemento para a averiguação dos resultados pretendidos e/ou alcançados. Nesse contexto, avaliação continuada, mais é do que a avaliação durante todo o processo de ensino-aprendizagem, cujos objetivos transcendem em muito a tarefa de aprovar ou reprovar. A avaliação continuada previne a repetência, porque ressalta a necessidade de se corrigir as deficiências ao longo do ano letivo. Não faz sentido, assim, aplicar apenas uma prova, seja bimestral ou semestral, depois que todas as aulas já foram ministradas e, com base nesse resultado, decidir pela aprovação ou reprovação dos alunos. A avaliação continuada se utiliza de vários instrumentos, tais como: provas, testes, trabalhos individuais e de grupo, observações sistemáticas, trabalhos de casa. Lembrando que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), aprovada em 1996, determina que a avaliação seja contínua e cumulativa e que os aspectos qualitativos prevaleçam sobre os quantitativos. Da mesma forma, os resultados obtidos pelos estudantes ao longo do ano escolar devem ser mais valorizados que a nota da prova final. Avaliar é uma constante no cotidiano da instituição educacional. O Conselho de Classe aparece, nesse contexto, como um dos momentos em que a reflexão coletiva do processo de ensino e de aprendizagem se faz presente e assume o objetivo primordial de acompanhar e avaliar o processo de educação e o fazer pedagógico.

De acordo com o Regimento Escolar das Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, o Conselho de Classe é um colegiado composto por professores de um mesmo grupo de alunos, ou, no caso do Ensino Fundamental – Séries e Anos Finais, por professores de uma mesma série ou ano, o diretor (ou seu representante), o orientador educacional, o coordenador pedagógico e o representante dos alunos, quando for o caso. Podem participar, ainda, todos os alunos e os professores de uma mesma turma, bem como pais e responsáveis, quando o Conselho for participativo. Posto isto, pode-se afirmar que o Conselho de Classe é, por excelência, o espaço aglutinador dos processos escolares de construção coletiva de aprendizagens. O Conselho de Classe guarda em si a possibilidade de articular os diversos segmentos da escola e tem por objeto de



estudo o processo de ensino, que é o eixo central em torno da qual se desenvolve o processo de trabalho escolar (DALBEN, 1996, p.16).

A participação direta dos profissionais envolvidos no processo de ensino e de aprendizagem com seus diferentes olhares, pautados nas experiências cotidianas vividas, nas informações obtidas por instrumentos e procedimentos avaliativos, permite uma organização interdisciplinar que favorece uma reflexão sobre as metas planejadas, sobre o que foi ensinado e sobre o que foi avaliado, focando o trabalho na avaliação escolar. Além disso, o referido Conselho possibilita a inter-relação entre profissionais e alunos, entre turnos e entre séries e turmas, além de favorecer a integração e sequência das competências, habilidades e conteúdos curriculares de cada série/ano e orientar o processo de gestão do ensino.

Assim, por meio da ação coletiva, reavaliam-se, dinamizam-se, fortalecem-se os processos escolares e, sobretudo, promove-se o avanço dos atos de ensinar e aprender, aqui compreendidos como processos inerentes e indissociáveis da produção do saber humano.

O Conselho de Classe deve se reunir, ordinariamente, uma vez por bimestre e ao final do semestre ou do ano letivo, ou, extraordinariamente, quando convocado pelo diretor da instituição educacional. O registro da reunião, de acordo com o Regimento Escolar, dar-se-á por ata, em livro próprio. No entanto, no Conselho de Classe final, quando houver aprovação de aluno, em discordância com o parecer do professor regente de determinado componente curricular, deve-se registrar o resultado dessa reunião de Conselho de Classe, também, no Diário de Classe do professor regente, no campo Informações Complementares, “preservando-se, nesse documento (diário de classe), o registro anteriormente efetuado pelo professor”. Via dupla de ações e atitudes intencionadas, o Conselho de Classe deve permanentemente analisar, discutir e refletir sobre os propósitos apontados pela proposta pedagógica da instituição educacional, como espaço de reflexão, que possibilita a tomada de decisão para um novo fazer pedagógico, favorecendo mudanças para estratégias mais adequadas, com vistas à melhoria na educação.

## **AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL**

O propósito de toda a avaliação é assegurar a continuidade das atividades da Instituição, verificando o que não está correto, os acertos e os resultados positivos e, a partir dessas informações, tomarem posições que proporcionem mudanças,

estabeleçam alternativas, elaborem melhorias e ampliações. A Avaliação Institucional é um instrumento que contém o processo de acompanhamento contínuo das atividades e da implementação de mudanças necessárias à retomada da missão proposta pela Instituição. Entende-se por Avaliação Institucional, aquela em que o processo de avaliação é inserida em escolas, públicas e privadas, para avaliar estas instituições com o objetivo de melhorar a qualidade de ensino.

Como sistema de avaliação em larga escala nas escolas públicas do DF, temos o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Ele foi criado em 2007 para medir a qualidade de cada escola e de cada rede de ensino. O indicador é calculado com base no desempenho do estudante em avaliações do [INEP](#) e em taxas de aprovação. Assim, para que o IDEB de uma escola ou rede cresça é preciso que o aluno aprenda, não repita o ano e frequente a sala de aula. Para que pais e responsáveis acompanhem o desempenho da escola de seus filhos, basta verificar o IDEB da instituição, que é apresentado numa escala de zero a dez. Da mesma forma, gestores acompanham o trabalho das secretarias municipais e estaduais pela melhoria da educação.

A Prova Brasil é um dos sistemas de avaliação para diagnóstico, em larga escala, desenvolvidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC). Tem o objetivo de avaliar a qualidade do ensino oferecido pelo sistema educacional brasileiro a partir de testes padronizados e questionários socioeconômicos. Nos testes aplicados na quarta e oitava séries (quinto e nono anos) do ensino fundamental e na terceira série do ensino médio, os estudantes respondem a itens (questões) de língua portuguesa, com foco em leitura, e matemática, com foco na resolução de problemas. No questionário socioeconômico, os estudantes fornecem informações sobre fatores de contexto que podem estar associados ao desempenho. Professores e diretores das turmas e escolas avaliadas também respondem a questionários que coletam dados demográficos, perfil profissional e de condições de trabalho. A partir das informações do SAEB e da Prova Brasil, o MEC e as secretarias estaduais e municipais de Educação podem definir ações voltadas ao aprimoramento da qualidade da educação no país e a redução das desigualdades existentes, promovendo, por exemplo, a correção de distorções e debilidades identificadas e direcionando seus recursos técnicos e financeiros para áreas identificadas como prioritárias. As médias de desempenho nessas avaliações também subsidiam o cálculo do Índice de

Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), ao lado das taxas de aprovação nessas esferas. Além disso, os dados também estão disponíveis a toda a sociedade que, a partir dos resultados, pode acompanhar as políticas implementadas pelas diferentes esferas de governo. No caso da Prova Brasil, ainda pode ser observado o desempenho específico das escolas públicas urbanas do país. Os dados dessas avaliações são comparáveis ao longo do tempo, ou seja, pode-se acompanhar a evolução dos desempenhos das escolas, das redes e do sistema como um todo.

Outra avaliação institucional em larga escala adotada pela Secretaria de Educação desde 2017 é a Avaliação Diagnóstica. Seu objetivo é acompanhar o aprendizado de Língua Portuguesa e Matemática dos estudantes da rede pública. Os resultados servem de subsídios para as ações pedagógicas que fortaleçam o conhecimento adquirido em sala de aula. Além disso, os dados da Avaliação Diagnóstica servem como norteadores de reflexões para políticas públicas educacionais.

## **GESTÃO PEDAGÓGICA**

A Gestão Pedagógica é o lado mais importante e significativo da gestão escolar. Cuida de gerir a área educativa, propriamente dita, da escola e da educação escolar. Estabelece objetivos para o ensino, gerais e específicos. Define as linhas de atuação, em função dos objetivos e do perfil da comunidade e dos alunos. Propõe metas a serem atingidas. Elabora os conteúdos curriculares. Acompanha e avalia o rendimento das propostas pedagógicas, dos objetivos e o cumprimento de metas. Avalia o desempenho dos alunos, do corpo docente e da equipe escolar como um todo. Suas especificidades estão enunciadas no Regimento Escolar e no Projeto Político Pedagógico (também denominado Proposta Pedagógica) da escola. Parte do Plano Escolar (ou Plano Político Pedagógico de Gestão Escolar) também inclui elementos da gestão pedagógica: objetivos gerais e específicos, metas, plano de curso, plano de aula, avaliação e treinamento da equipe escolar. O Diretor é o grande articulador da Gestão Pedagógica e o primeiro responsável pelo seu sucesso. A escola não é apenas uma fonte de informações, antes, um caminho em que a informação caminha lado a lado com a formação do ser intelectual e emocional, da criatividade, da afetividade e da vivência por um mundo melhor. Uma das grandes preocupações desta Instituição Educacional está em adequar o

currículo escolar às necessidades dos alunos, suas perspectivas e sua capacidade de transpor a sala de aula rumo à vivência. Pretende-se a ampliação dos recursos materiais e humanos, melhoria do espaço físico através de pequenas reformas, dinamização da execução do trabalho administrativo, ou seja, o que favoreça a melhoria do processo pedagógico.

Metas a atingir a curto e médio prazo:

Melhorar o alcance das aprendizagens escolares na perspectiva da Organização em Ciclos pautada nas análises de diagnóstico dos estudantes e das necessidades, utilizando o princípio da territorialidade descrito nos pressupostos teóricos do Currículo da Educação básica;

- Melhorar a convivência escolar, através de reuniões bimestrais, conselho participativo e eventos culturais durante o ano em vigor;
- Diminuir o índice de reprovação e evasão escolar acionando a família sempre que se fizer necessário, a fim de que tome ciência e providências, juntamente com professores e gestores, para melhorar o rendimento do aluno em questão;
- Realizar diagnóstico dos alunos, por turma, a fim de promover ações para redução do índice de retenção por meio da progressão continuada, considerando a organização em ciclos e não em anos;
- Oferecer reforço, regularmente, em sala de aula, desde o início do ano letivo;
- Promover reuniões, periodicamente, com o corpo docente para avaliar o desempenho dos alunos;
- Convocar pais e alunos no caso de evasão e encaminhá-los a Orientação Educacional a fim de saber as razões e quais providências a serem tomadas para permanência do aluno na escola, a fim de criar parceria com os pais;
- Conscientizar o aluno que a escola é um patrimônio público, por meio de palestras, de vídeos e de projetos;
- Promover ações recreativas em que o aluno se sinta responsável pelo espaço físico da escola;
- Diminuir o índice de retenção.

Para obtermos sucesso, é de fundamental importância que todos os seguimentos da escola estejam envolvidos e comprometidos com o sucesso do educando. Assim sendo, acompanhar o processo é uma necessidade de interação entre as partes envolvidas. Esse controle surge como uma estratégia de atuação e

busca de parcerias para alcançar os objetivos de uma aprendizagem de qualidade baseada nos pressupostos legais. O educando necessita de acompanhamento, de um olhar sistematizado e uma proposta clara, do que se quer dele, nas ações norteadoras do seu fazer. Cabe ao educador, delimitar ações para que os objetivos educacionais sejam alcançados. O educando deve compreender e transformá-los em seu benefício.

O objetivo do Serviço de Orientação Educacional é acompanhar o educando para que alcance o sucesso escolar nas dimensões sócio afetivas e pedagógicas, inserido no seu contexto histórico. Tem como objetivos também identificar e listar os educandos que em situação de risco, baixo rendimento escolar, para organização da aprendizagem e estabelecer uma proposta de intervenção no trabalho intelectual destes; firmar medidas de acompanhamento dos alunos que faltam muito, estabelecendo contato por meio de telefonema junto à família; elaborar mapas/ atividades/fichas de controle da aprendizagem no processo de cada educando; propor Cronograma de atendimento junto aos professores, educando, durante coordenações pedagógicas específicas; cronograma de atendimento às famílias para medidas e proposta de ações conjunta entre escola/família; estudo de casos entre as Equipes de Apoio a Aprendizagem; manter os gestores informados da situação dos educandos e envolvê-los no processo de aprendizagem através de encontros quinzenais; elaborar relatórios de educandos em situação de risco para as instituições parceiras que já estejam fazendo intervenção ou encaminhá-los, como Conselho Tutelar e outras.

Dentro das inúmeras mudanças que ocorrem na sociedade atual, de ordem econômica, política, social, ideológica, a escola, como instituição de ensino e de práticas pedagógicas, enfrenta muitos desafios que comprometem a sua ação frente às exigências que surgem. Assim, os profissionais, que nela trabalham, precisam estar conscientes de que os alunos devem ter uma formação cada vez mais ampla, promovendo o desenvolvimento das capacidades desses sujeitos. Para tanto, torna-se necessária a presença de um coordenador pedagógico consciente de seu papel, da importância de sua formação continuada e da equipe docente, além de manter a parceria entre pais, alunos, professores e direção.

De acordo com o Regimento Escolar Das Instituições Educacionais da Rede Pública do DF, *"a função de coordenação pedagógica é o suporte que gerencia, coordena e supervisiona todas as atividades relacionadas com o processo de ensino e aprendizagem, visando sempre à permanência do aluno com sucesso."* Considerando a função formadora, o coordenador precisa programar as ações que

viabilizem a formação do grupo para qualificação continuada desses sujeitos. Conseqüentemente, conduzindo mudanças dentro da sala de aula e na dinâmica da escola, produzindo impacto bastante produtivo e atingindo as necessidades presentes. Na parceria escola X família, esse profissional é requerido para estreitar esses laços e mantê-los em prol da formação efetiva dos educandos à medida que cada instância assuma seu papel social diante desse ato indispensável e intransponível. Assim, é papel do coordenador favorecer a construção de um ambiente democrático e participativo, no qual se incentive a produção do conhecimento por parte da comunidade escolar, promovendo mudanças atitudinais, procedimentais e conceituais nos indivíduos. Os órgãos colegiados são espaços que proporcionam essa formação à medida que a participação, o compromisso e o protagonismo de seus componentes, pais, alunos, professores, coordenação e direção, ocasionem transformações significativas nesse ambiente. Cabe ao coordenador, atuar coletivamente e visualizar esses espaços como oportunidades para o desempenho das suas funções. Apesar das inúmeras responsabilidades desse profissional já descrita e analisadas aqui, o coordenador pedagógico enfrenta outros conflitos no espaço escolar, tais como tarefas de ordem burocrática, disciplinar, organizacional. O coordenador pedagógico é peça fundamental no espaço escolar, pois busca integrar os envolvidos no processo ensino-aprendizagem mantendo as relações interpessoais de maneira saudável, valorizando a formação do professor e a sua, desenvolvendo habilidades para lidar com as diferenças com o objetivo de ajudar efetivamente na construção de uma educação de qualidade.

Nesse sentido de trabalho, a gestão escolar democrática visa a procurar soluções para uma transformação no sistema atual de ensino. Destacam-se as mudanças que se direcionam à descentralização do poder, à necessidade de um trabalho realizado com ampla participação de todos os segmentos da escola e da comunidade, para envolver a sociedade como um todo. Considera-se que para que esse processo seja de grande relevância e importância para o início de uma transformação, é necessário que ele ocorra por etapas, proporcione um ambiente de trabalho que seja favorável a essas inovações, buscando pessoas preparadas, motivadas e que se envolvam direta ou indiretamente nesse processo educacional.

Na área da educação, a escola é responsável pela transmissão do conhecimento, porém, no mundo globalizado, exige-se que a escola tenha uma nova concepção e uma forma diferenciada de se trabalhar, ou seja, uma constante renovação na sua postura, para transmitir um conhecimento de nível elevado com a finalidade de tornar o aluno um ser criativo e pensante, de formar cidadãos críticos e

que se comprometam com uma participação mais efetiva, para obter resultados com eficácia, favoráveis ao desenvolvimento do estabelecimento.

A escola, como uma instituição que deve procurar a socialização do saber, da ciência, da técnica e das artes produzidas socialmente, deve estar comprometida politicamente e ser capaz de interpretar as carências reveladas pela sociedade, direcionando essas necessidades em função de princípios educativos capazes de responder às demandas sociais. Para que ocorra essa socialização, necessita-se de uma gestão democrática e participativa, na qual aconteça uma efetiva participação, tanto nas soluções de problemas como na tomada de decisões que vão influenciar diretamente a escola. Deve-se considerar que o processo de gestão democrática e participativa não é uma função exclusiva do gestor escolar, há a realização de um trabalho participativo, que envolve todos os segmentos sociais que compõem a escola. Isso viria a oportunizar o rompimento com o autoritarismo, que permanece ainda no interior da escola, viabilizaria para o aumento da exclusão das classes menos favorecidas, diante das oportunidades de acesso ao ensino.

### **AVALIAÇÃO DA PROPOSTA PEDAGÓGICA**

Esta avaliação se baseia no Regimento Escolar, na LDB e nas Diretrizes de Avaliação do Sistema Público de Ensino do Distrito Federal. A avaliação deve estar de comum acordo com a organização do trabalho pedagógico, por isso a necessidade de uma reavaliação do processo de ensino e de aprendizagem. A avaliação da Proposta Pedagógica tornou-se um procedimento essencial no cotidiano desta Instituição de Ensino e, através deste, procura-se valorizar os diversos saberes, por meio de um diálogo permanente com a comunidade escolar.

Devemos ressaltar que este projeto político pedagógico foi construído baseado no pensamento dos educadores que atuam nesta Instituição de Ensino, que é flexível e engloba todas as ações que deverão contribuir para a melhoria da qualidade de ensino.

O estudo do planejamento e gestão educacional, e de modo particular a sua aplicação, são de enorme importância, ao mesmo tempo em que se apresentam como um grande desafio aos gestores escolares. Importância porque, quando implementado de acordo com a realidade e as necessidades da instituição escola, uma gestão eficaz pode fazer a diferença, utilizando-se de métodos e técnicas

adequadas e compatíveis aos seus fins e objetivos. A articulação entre o projeto político-pedagógico, o acompanhamento das ações, a avaliação e utilização dos resultados, com a participação e envolvimento das pessoas, pode levá-la a ser eficiente e eficaz. Desafiante porque, administrar de forma racional, exige de todos os seus atores uma relação dialética, uso de técnicas e habilidades humanas eficazes e adequadas aos objetivos a que se propõe a escola. Em um segundo momento, o objetivo é analisar como gerir o projeto político-pedagógico, usando como enfoque de gestão a qualidade negociada. Para que a escola, realmente, alcance os seus objetivos, é de fundamental importância que a construção e o acompanhamento do projeto político-pedagógico estejam alicerçados em uma administração participativa, coletiva, em que as decisões sejam democratizadas e que o seu processo de avaliação e revisão seja uma prática coletiva constante, como oportunidade de reflexão para mudanças de direção e caminhos. A escola não é apenas e tão somente a reprodução da sociedade, mas por meio dos seus movimentos, entendidos inclusive pela ação dos seus profissionais, pode quebrar as cadeias da reprodução social. Essa é uma opção política do educador.

## **EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

A educação inclusiva pode ser entendida como uma concepção de ensino contemporânea que tem como objetivo garantir o direito de todos à educação. Ela pressupõe a igualdade de oportunidades e a valorização das diferenças humanas, contemplando, assim, as diversidades étnicas, sociais, culturais, intelectuais, físicas, sensoriais e de gênero dos seres humanos. Implica a transformação da cultura, das práticas e das políticas vigentes na escola e nos sistemas de ensino, de modo a garantir o acesso, a participação e a aprendizagem de todos, sem exceção.

### **Os princípios da educação inclusiva**

Como saber se uma prática pedagógica é, de fato, inclusiva? Ou se uma escola que se diz inclusiva realmente garante o direito de todos à educação? Além de uma importante ferramenta na análise do discurso e das práticas, os princípios também representam uma referência fundamental para quem está começando. Além disso, revisitá-los com frequência também pode ajudar educadores experientes e comprometidos com a inclusão a não “perderem o rumo”. Os cinco princípios da educação inclusiva são:



- 1. Toda pessoa tem o direito de acesso à educação**
- 2. Toda pessoa aprende**
- 3. O processo de aprendizagem de cada pessoa é singular**
- 4. O convívio no ambiente escolar comum beneficia todos**
- 5. A educação inclusiva diz respeito a todos**

Apesar do foco nas pessoas com deficiência, tendo em vista o histórico de privação da participação desse público nas redes de ensino, o Diversa adota um conceito amplo de diversidade humana para pensar a educação inclusiva, cujo público-alvo são todas as crianças. Todas, sem exceção. Assim, o quinto princípio norteia os demais e orienta as relações humanas para a construção de uma sociedade mais justa e participativa.

### **As dimensões de um projeto educacional inclusivo**

Projetos de educação inclusivos se tornam consistentes e sustentáveis com ações contínuas relacionadas a cada uma das seguintes dimensões: políticas públicas, gestão escolar, estratégias pedagógicas, famílias e parcerias.

A educação inclusiva demanda e envolve a ação direta de diferentes atores e esferas sociais que se relacionam de modo interdependente, numa perspectiva de rede.

Uma equipe empenhada em se aproximar de famílias e buscar parcerias e um sólido conjunto de políticas públicas voltadas à educação inclusiva.

Em Rio Branco (AC), a escola Clarisse Fecury conseguiu desenvolver um modelo de ensino que dialoga intimamente com a concepção de educação inclusiva adotada pelo Ministério da Educação (MEC).

Estratégias pedagógicas:

- Como desenvolver estratégias pedagógicas inclusivas
- Planejamento pedagógico
- Material pedagógico
- Avaliação
- Plano educacional individualizado (PEI)

As estratégias pedagógicas correspondem aos diversos procedimentos planejados e implementados por educadores com a finalidade de atingir seus objetivos de ensino. Elas envolvem métodos, técnicas e práticas explorados como meios para acessar, produzir e expressar o conhecimento.

No contexto da educação inclusiva, recomenda-se que o ponto de partida seja as singularidades do sujeito, com foco em suas potencialidades. Se, por um lado, a proposta curricular deve ser uma só para todos os estudantes, por outro, é imprescindível que as estratégias pedagógicas sejam diversificadas, com base nos interesses, habilidades e necessidades de cada um. Só assim se torna viável a participação efetiva, em igualdade de oportunidades, para o pleno desenvolvimento de todos os alunos, com e sem deficiência.

Como desenvolver estratégias pedagógicas inclusivas? O ponto de partida deve ser o próprio estudante. É preciso empenhar-se em conhecê-lo bem. Partir do seu repertório e dos seus eixos de interesse torna o processo de ensino-aprendizagem muito mais espontâneo, prazeroso e significativo. Uma dica é se perguntar com frequência: o que cada um deles sabe sobre o conceito a ser trabalhado? Como seus interesses podem ser explorados como facilitadores do ensino de cada conteúdo? O profissional de atendimento educacional especializado (AEE) tem o papel de colaborar com esse processo. Professores criativos ou que já tenham experiência com inclusão de estudantes com deficiência também podem ser bons parceiros. Um exemplo de estratégias pedagógicas inclusivas pode ser a contextualização das atividades de acordo com os gostos e interesses do aluno.

## **EXPLORANDO OS INTERESSES DOS ALUNOS EM SALA DE AULA**

Atividades para alunos com um mesmo diagnóstico devem ser iguais? Durante muito tempo, acreditou-se ser possível generalizar as características das pessoas e, assim, padronizar estratégias pedagógicas a partir de um mesmo quadro diagnóstico. Atualmente, sabemos que essa noção é, no mínimo, simplista. Ainda que apresentem pareceres diagnósticos absolutamente iguais, duas pessoas podem reagir às mesmas estratégias de maneiras totalmente distintas.

Não há, portanto, “receitas prontas” ou manuais de atividades ideais, indicando exatamente como ou o que trabalhar com um aluno com esse ou aquele diagnóstico. E isso não se aplica somente a pessoas com alguma deficiência. Posto que a diferença é inerente à condição humana, o processo de aprendizagem de cada estudante torna-se singular.

Qual a relação entre estratégias pedagógicas e fracasso escolar? Se partirmos do pressuposto de que toda pessoa aprende, quando isso não acontece, pode ser que o problema resida nas estratégias pedagógicas adotadas em sala de aula. É por

meio delas que o estudante se conecta ao currículo, ou seja, acessa o conhecimento. Quando o planejamento não leva em conta as particularidades de cada aluno, as estratégias pedagógicas podem constituir uma das principais barreiras à inclusão educacional de alunos com e sem deficiência.

O que fazer quando um aluno “não aprende”? Na verdade, não são os estudantes que não aprendem. A escola é que, muitas vezes, não está habituada a lidar com a diferença e, assim, não oferece estratégias pedagógicas que favoreçam a criação de vínculos, as relações de troca e o acesso ao conhecimento. Um dos princípios da educação inclusiva é justamente esse: toda pessoa aprende, sejam quais forem suas particularidades intelectuais, sensoriais e físicas. O que remete a outro princípio: o processo de aprendizagem de cada pessoa é singular. Por isso, torna-se fundamental avaliar cada situação, a fim de encontrar meios de garantir a inclusão efetiva de qualquer estudante, independentemente do laudo que o acompanha.

E a colaboração do profissional do atendimento educacional especializado (AEE) nesse processo pode ser determinante, considerando que, segundo a Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva, esse serviço tem a função de identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade para a eliminação de barreiras para a plena participação dos alunos, levando em conta suas necessidades específicas.

O planejamento pedagógico tem como finalidade definir os objetivos e as estratégias que orientam o processo de ensino-aprendizagem.

No contexto da educação inclusiva, o planejamento deve ser contínuo e colaborativo. Ao mesmo tempo, deve valorizar os interesses e atender às necessidades de cada estudante. Isso significa pensar aulas desafiadoras para todos, diversificando as formas de apresentar e explorar os conteúdos curriculares.

## **DICAS DE PLANEJAMENTO ESCOLAR NA PERSPECTIVA INCLUSIVA**

Quem deve planejar as atividades para os alunos com deficiência?

O responsável pelo planejamento – para todos os estudantes – é o professor regente. No entanto, essa não precisa, nem deve ser uma tarefa solitária. Ao contrário, a perspectiva inclusiva prevê que o processo de elaboração do planejamento pedagógico inclusivo seja colaborativo, envolvendo a participação de outros agentes da escola, docentes e não docentes, das famílias e até mesmo dos alunos, como protagonistas do próprio processo de ensino e aprendizagem.

Assim, outros professores criativos ou que já tenham trabalhado com alunos com deficiência e, particularmente, o profissional do atendimento educacional especializado (AEE) podem contribuir significativamente sugerindo atividades e recursos – desde que isso se dê numa perspectiva de colaboração, considerando que tais atividades precisam estar contextualizadas no planejamento.

## **ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NÃO SÃO DO APOIO OU DO AEE. SAIBA COMO ORIENTAR PROFISSIONAIS DA ESCOLA**

Como o AEE pode contribuir um planejamento pedagógico inclusivo?

O atendimento educacional especializado pode contribuir para um planejamento pedagógico inclusivo tanto na proposição de estratégias diversificadas, considerando os interesses e as necessidades de cada um dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista (TEA) e altas habilidades/superdotação, quanto na identificação das barreiras a sua aprendizagem e na escolha ou construção de recursos ou estratégias para a superá-las e para equiparar oportunidades.

Apesar de atender diretamente somente os alunos com deficiência, o profissional de AEE pode contribuir para que o planejamento pedagógico seja de fato inclusivo, ou seja, garanta a aprendizagem e o pleno desenvolvimento do potencial de todos os alunos, já que as estratégias pensadas para estudantes com deficiência podem servir, também, para outras crianças.

O que significa dizer que o planejamento é contínuo?

Um planejamento fechado, “parado no tempo”, baseado em etapas estanques fundamentadas na expectativa de homogeneização é característico de uma pedagogia tradicional, excludente. A partir da perspectiva inclusiva, sabemos que o processo de aprendizagem e o desenvolvimento de cada estudante é único, singular. Assim como também é dinâmico, não linear.

Não há como prever, por exemplo, o que um determinado aluno será capaz de fazer sozinho em um mês. Por isso o processo de elaboração do planejamento pedagógico na perspectiva inclusiva é contínuo, isto é, baseado no que cada estudante – e o grupo como um todo – demanda, aqui e agora. O planejamento deve ser revisto continuamente a partir da configuração dos novos desafios e potencialidades que se apresentam para a garantia de uma educação de qualidade para todos, em igualdade de condições.

Como o currículo influencia na construção de um planejamento pedagógico inclusivo?

A perspectiva inclusiva indica o direito de todos os estudantes, com e sem deficiência, acessarem um mesmo currículo. Um currículo flexível, que implica a busca pela coesão da base curricular comum com a realidade dos estudantes, suas características sociais, culturais e individuais – incorporando também os diferentes modos de aprender presentes em sala de aula.

Um planejamento pedagógico tradicional, baseado em conteúdos pré-determinados que desconsideram o contexto e as diferenças que compõe o grupo, está fadado à exclusão, particularmente daqueles que historicamente já vem sendo excluídos do direito à participação e à aprendizagem.

## **O QUE CONSIDERAR NA CRIAÇÃO DE UM PLANEJAMENTO FLEXÍVEL?**

Como lidar com os diferentes tempos de aprendizagem dos alunos?

Esperar que todos os alunos de um mesmo grupo realizem uma determinada atividade ou aprendam determinados conteúdos num mesmo período de tempo corresponde à lógica da homogeneização e gera, inevitavelmente, exclusão. A educação inclusiva parte do pressuposto de que a diferença é uma característica humana. Assim, os diferentes tempos de aprendizagem devem ser não somente respeitados bem como considerados no planejamento pedagógico. Ou seja, planejar na perspectiva inclusiva implica prever estratégias pedagógicas diversificadas também em relação ao tempo, considerando o ritmo de cada um. Diversificando também os modos de interação, proporcionando oportunidades de realizar atividades individualmente, em dupla e em grupos – cujos critérios de formação também devem ser diversificados. E flexibilizando a rotina, a partir de um planejamento que muda constantemente.

## **QUAL A DIFERENÇA ENTRE ADAPTAÇÃO E FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR?**

Material pedagógico é todo e qualquer recurso utilizado em sala de aula com uma finalidade específica de ensino e aprendizagem.

A educação inclusiva prevê o uso de diferentes materiais pedagógicos para alcançar um mesmo objetivo de ensino. Nesse caso, a referência para a escolha ou

desenvolvimento de atividades deve ser o próprio estudante, suas necessidades (baseadas em características físicas, sensoriais ou outras), seus interesses e habilidades, visando sempre a equiparação de oportunidades.

### **Avaliação**

A avaliação na perspectiva inclusiva é um processo contínuo e contextualizado, no qual a referência deve ser a trajetória individual do estudante, sem que haja classificações ou comparações. Isso porque a educação inclusiva parte do pressuposto de que cada pessoa tem um modo singular de acessar, produzir e expressar o conhecimento. Por essa razão, a avaliação demanda a adoção de estratégias e ferramentas diversificadas, considerando as especificidades de cada aluno.

O Plano educacional individualizado (PEI), instrumento cada vez mais utilizado no contexto do atendimento educacional especializado (AEE), pode se tornar um importante recurso de avaliação para todos os estudantes, com e sem deficiência.

### **AVALIAÇÃO INCLUSIVA: O ÓTIMO DE CADA ESTUDANTE**

Qual a diferença entre a avaliação tradicional e a inclusiva?

A avaliação tradicional tem como referência um padrão considerado “normal” ou estatisticamente mais frequente. É como se todos os estudantes devessem aprender da mesma forma, no mesmo ritmo e no mesmo espaço de tempo. Os métodos de medição de conhecimento são padronizados, justamente porque se espera o mesmo resultado de todos os alunos. Aqueles que não alcançam esse parâmetro são excluídos.

Na perspectiva inclusiva, a avaliação tem como referência o processo individual do estudante. Não há comparação com o outro. O parâmetro do aluno é ele mesmo. Por isso, o objetivo não é classificar nem selecionar.

Para desenvolver uma avaliação inclusiva, o ponto de partida deve ser o próprio estudante. Ou seja, é preciso, antes de qualquer coisa, “olhar” para ele – porém não pontualmente, nem descontextualizada. É preciso acompanhá-lo processualmente para conhecer sua trajetória individual e conhecê-lo profundamente para descobrir de que modo é capaz de expressar melhor o conhecimento.

Não há um padrão de avaliação para o grupo como um todo que é adaptado a alguns poucos “diferentes”. Partindo do pressuposto de que a diferença é uma característica humana, ou seja, de que todos são diferentes, é preciso pensar em estratégias de avaliação diversificadas para todos os alunos, não somente os com deficiência.

Os erros são bem-vindos, produções autorais são valorizadas e um mesmo problema suscita a oportunidade de explorar múltiplas respostas. Provas, testes ou outras estratégias pontuais de avaliação têm menor valor que os processos de aprendizagem, a partir dos quais é possível reconhecer a evolução em relação ao que o educando já sabia ou era capaz de fazer anteriormente.

A atribuição de nota emerge justamente dos fenômenos observados no cotidiano da aprendizagem, em contextos que tornam visíveis os novos conhecimentos e as novas execuções.

## **PISTAS E DESEJOS PARA UMA AVALIAÇÃO INCLUSIVA**

Faz sentido adaptar avaliações para estudantes com deficiência?

As estratégias de avaliação deveriam ser “adaptadas” a todos os alunos, e a cada um, no sentido de levar em conta suas especificidades – necessidades, interesses, estilo de aprendizagem, conhecimentos prévios etc. Ou seja, o objetivo central ao se “adaptar” uma avaliação ou qualquer outra estratégia pedagógica deve ser a equiparação de oportunidades. E para isso, é fundamental avaliar cada situação especificamente.

**QUANDO ADAPTAR UMA AVALIAÇÃO PARA UM ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA?**

Quem deve adaptar uma avaliação para um estudante com deficiência?

O professor do atendimento educacional especializado (AEE) deve trabalhar como aliado dos professores das classes comuns e demais profissionais da escola para a elaboração e definição do processo de avaliação. Infelizmente, essa não é a realidade de muitas escolas. Alguns professores do ensino regular, por falta de conhecimento ou comodismo, depositam toda a responsabilidade nos serviços de apoio, como se esses fossem os únicos responsáveis pela aprendizagem e inclusão.

## Plano educacional individualizado (PEI)

O plano educacional individualizado (PEI) é um instrumento de planejamento e acompanhamento do processo de aprendizagem e desenvolvimento de estudantes com deficiência, transtornos do espectro autista (TEA) e altas habilidades/superdotação, cuja referência é a trajetória individual de cada um. O modelo mais comum, adotado por escolas e redes de ensino no Brasil e em outros países, baseia-se em seis áreas de habilidades: acadêmicas, da vida diária, motoras/atividade física, sociais, recreação/lazer e pré-profissionais/profissionais. Quando aplicado numa perspectiva inclusiva, pode-se tornar uma importante ferramenta de apoio ao trabalho em sala de aula, principalmente na avaliação de estudantes público-alvo da educação especial.

O PEI pode ser usado na sala de aula regular?

Sim. Usar o plano educacional individualizado na sala de aula regular não só recomendável como necessário. Primeiro porque, considerando seus objetivos, o trabalho do atendimento educacional individualizado (AEE) perde o sentido se não for diretamente articulado com o realizado em sala de aula. Idealmente, o PEI deveria ser construído de forma colaborativa, a partir do estabelecimento de uma parceria efetiva entre o professor de sala e o de AEE. Além disso, considerando que a educação inclusiva diz respeito a todos os estudantes e que o processo de cada estudante é singular, estratégias de planejamento e acompanhamento individual do processo de aprendizagem e desenvolvimento como o PEI deveriam ser estendidas a todos, ao invés de ficarem restritas somente ao público-alvo da educação especial.

## COMO O PEI PODE AJUDAR NA ATRIBUIÇÃO DE NOTA

Em alguns países, como em Portugal e nos Estados Unidos, a aplicação do instrumento é obrigatória para todos os estudantes com deficiência. No Brasil, essa obrigatoriedade não existe. Entretanto, algumas redes de ensino regulamentam o uso da ferramenta localmente.

A legislação brasileira garante aos alunos com deficiência o pleno acesso ao currículo e a participação em todas as atividades da escola em condições de igualdade. Ou seja, o modelo não precisa necessariamente ser o mesmo, mas estratégias de planejamento e acompanhamento individual do processo de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos público-alvo da educação especial são, sim, necessários.



## **PROJETO INTERDISCIPLINAR “JOGOS INTERCLASSE”**

### **JUSTIFICATIVA**

O esporte vem sendo uma das formas mais práticas e viáveis para se fazer integração, por isso, para criar um meio de estimular a prática esportiva entre os estudantes de todas as turmas, a escola promove anualmente os jogos interclasse, no quais os alunos, divididos por turmas, disputam desportivamente entre si. Os jogos permitem que haja interação entre educandos e educadores de maneira que possam trocar experiências e criar novos laços de amizade e promover a cidadania.

### **PÚBLICO ALVO**

Educandos do Fundamental/Anos Finais do 6º ao 9º anos.

### **OBJETIVO GERAL**

Fazer com que o esporte seja o facilitador da socialização, da construção de atitudes e promover a integração entre os educandos e educadores.

### **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Proporcionar momentos de lazer e descontração entre os educandos;
- Incentivar a prática regular da atividade física, promovendo a saúde e o bem estar acima de tudo;
- Aprender, por intermédio do esporte, a construir atitudes cooperativas;
- Possibilitar a descoberta de talentos esportivos na escola.

### **MODALIDADES ESPORTIVAS**

- As modalidades em disputas na referida competição serão:
- Futsal – Masculino e Feminino;

- Voleibol – Masculino e Feminino;
- Tênis de mesa - Masculino e Feminino (dupla);
- Queimada feminina;
- Xadrez;
- Gincanas de estafetas.

## **PREMIAÇÃO**

Haverá premiação para a equipe campeã e vice-campeã e terceiro lugar de cada modalidade, sendo que essas serão contempladas com medalhas de ouro, prata e bronze, respectivamente, bem como um troféu para a equipe campeã da modalidade.

## **RECURSOS HUMANOS**

Direção, coordenação, professores de Educação Física, demais professores para acompanhar as turmas, árbitros das modalidades, educandos, equipe de apoio, policiais militares.

## **RECURSOS MATERIAIS**

Bolas, uniformes, apitos, redes, medalhas, troféus, cronômetros, coletes e quadras.

## **RECURSOS FINANCEIROS**

Até o presente momento estamos trabalhando com recursos oriundos de doações e do PDAF.

## **RECURSOS INSTITUCIONAIS**

A escola não dispõe de uma boa infraestrutura e nem de recursos humanos suficientes para a execução das atividades propostas pelo projeto, no entanto,

iremos em busca de parcerias com as Faculdades próximas para termos condições de realizar o supracitado evento, principalmente no que diz respeito à arbitragem.

## **CRONOGRAMA DE TRABALHO**

Mês de agosto.

## **RESULTADOS ESPERADOS**

Os Jogos Interclasse animam e promovem interação entre todos na escola. A colaboração vem por parte de todos. Os estudantes que participam dos jogos escolares ajudam na organização do evento.

## **AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS**

Já que o esporte dentro da escola faz o aluno se sentir mais valorizado, espera-se mais respeito, mais disciplina e, com isso, que possa haver um melhor desempenho na sala de aula.

## **PROJETO PDE: PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA ESCOLA**

### **JUSTIFICATIVA**

Governo Federal, por meio do Ministério da Educação (MEC), lançou em 2007, Decreto Lei nº 6094/07, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) com o objetivo de melhorar substancialmente a educação oferecida às nossas crianças, jovens e adultos.

O PDE sistematiza várias ações na busca de uma educação equitativa e de boa qualidade e se organiza em torno de quatro eixos: educação básica; educação superior; educação profissional e alfabetização.

Vários são os problemas enfrentados por nossa escola, dentre eles o baixo rendimento dos alunos, a evasão escolar, dentre outros. O PDE é um instrumento que serve como guia para que a escola se auto avalie e estabeleça o patamar de desempenho que pretende alcançar em um determinado prazo, mediante um conjunto de estratégias, metas e planos de ação da escola. O PDE é uma ferramenta gerencial que auxilia a escola a definir suas prioridades estratégicas.

## **PÚBLICO ALVO**

Direção, supervisão pedagógica, secretaria, coordenação, servidores, apoios, alunos, pais e comunidade.

## **OBJETIVO GERAL**

O Plano tem por objetivo criar condições para que cada brasileiro tenha acesso a uma educação de qualidade e seja capaz de atuar crítica e reflexivamente no contexto em que se insere como cidadão cômico de seu papel num mundo cada vez mais globalizado.

## **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Auxiliar a equipe escolar na tarefa de transformação em uma escola de excelência;
- Ajudar a escola a definir suas prioridades estratégicas;
- Decidir o que fazer para alcançar as metas de aprendizagem;
- Avaliar o próprio desempenho da escola;
- Definir responsabilidades das equipes;
- Melhorar a gestão da escola e as práticas pedagógicas;

## **METODOLOGIA**

A equipe escolar (diretor, vice-diretor, coordenador pedagógico, orientador, secretário e professores) conduzirão o processo de elaboração e implementação do PDE.

Assim, através de reuniões periódicas, a equipe escolar compartilha decisões com professores, alunos, pais e comunidade, visando a atingir um nível superior de desempenho da escola.

## **RECURSOS HUMANOS**

Coordenadores responsáveis por esta instituição, direção, supervisão administrativa, secretaria, coordenação, servidores, apoios, alunos, pais e comunidade.

## **RECURSOS MATERIAS**

Documentação, questionários e outros.

## **RECURSOS FINANCEIROS**

Atualmente a escola não recebe verbas do PDE para aplicar em melhorias e no pedagógico, pois a escola consta como inadimplente por causa da construção do auditório em 2008, espaço este utilizado quase que diariamente com atividades pedagógicas, palestras, reuniões de pais e outros.

## **CRONOGRAMA**

Atividades desenvolvidas durante o ano letivo.

## **RESULTADOS ESPERADOS**

De posse dos conhecimentos fundamentais que nortearam o PDE e de cada etapa do processo de elaboração, planejar ações de cada etapa, analisar se as pessoas que irão executar as ações de cada etapa têm o conhecimento necessário, coletar dados e informações sobre o que está sendo feito e verificar se tudo está saindo como o previsto, do contrário analisar o problema e adotar medidas para solucioná-lo.

Cumpridas as etapas de elaboração, planejamento, análise e execução por parte de cada equipe, será possível, em conjunto, verificar as ações que foram

cumpridas, avaliando sua eficiência e eficácia, podendo, caso negativo, elencar novas ações, ou em caso positivo estabelecer a continuidade de outras, com objetivo de uma escola de excelência.

## **AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS**

Teríamos um melhor resultado de nossas ações se a escola estivesse recebendo anualmente a verba do PDE, porém apesar da situação financeira que a instituição se encontra, ainda sim, tivemos um rendimento interno e externo, cerca de 86%.

## **PROJETO DE LEITURA “LER É MAIS QUE UM PRAZER”**

### **JUSTIFICATIVA**

Este projeto parte do pressuposto de que a leitura do livro literário é uma prática de grande importância não só na escola, mas na vida de um modo geral. A literatura ativa a curiosidade, a imaginação e a criatividade, imprescindíveis à aprendizagem efetiva e constante, bem como conduz à reflexão que favorece a mudança da forma de encarar a vida com seus problemas e dificuldades. A leitura é um instrumento valioso para a apropriação de conhecimentos relativos ao mundo exterior. Ela amplia e aprimora o vocabulário e contribui para o desenvolvimento de um pensamento crítico e reflexivo, pois possibilita o contato com diferentes ideias e experiências. Assim, é obrigação da escola desenvolver o gosto e o prazer pela leitura, tornando os estudantes capazes de compreender diferentes gêneros textuais que circulam na sociedade, de modo a formar leitores competentes e autônomos, contribuindo para a sua inclusão e interação na sociedade.

### **PÚBLICO ALVO**

Alunos do 6º ao 9º anos, Anos Finais, do Ensino Fundamental.

### **OBJETIVO GERAL**

Despertar o gosto pela leitura de diferentes tipos de livros.

## **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Fortalecer o hábito de leitura;
- Promover o enriquecimento do vocabulário;
- Incentivar o gosto pela leitura;
- Trabalhar a autoestima dos alunos através de leitura;
- Proporcionar a leitura de livros literários;
- Desenvolver o senso crítico, reflexivo e a oralidade.
- Aperfeiçoar a capacidade argumentativa.

## **METODOLOGIA**

- Leitura e apresentação dos textos lidos, através de painéis, jogral, dramatização e desenhos;
  - Reprodução de textos abordando versões: prosa, poesia, jornalístico, anúncio e outros;
  - Criação de histórias com recortes de revistas;
  - Leitura e elaboração de histórias em quadrinhos, a partir de temas propostos ou acordados com os alunos;
  - Debates em classe;
  - Leitura de livros literários, selecionados pelos professores, em sala de aula;
  - Palestras;
  - Discussões, ao final de cada livro lido, para verificar o conhecimento adquirido.

## **RECURSOS HUMANOS**

Professor regente de Língua Portuguesa, sem restrição de contatos com os alunos, e alunos do 6º ao 9º anos, do ensino fundamental - anos finais.

## **RECURSOS MATERIAIS**

Sala de aula, sala de leitura (pode ser criado um espaço de leitura na escola), acervos literários com uma grande variedade de títulos, papel, reprodução de material.

### **RECURSOS FINANCEIROS**

Utilização do PDAF para aquisição de vários gêneros textuais e verba da II Bienal Brasil do Livro e da Leitura.

### **CRONOGRAMA DE TRABALHO**

Durante o ano letivo, semanalmente, nas aulas de Língua Portuguesa.

### **CULMINÂNCIA**

Durante ano letivo.

### **RESULTADOS ESPERADOS**

Desenvolver a confiança e elevar a autoestima dos alunos a fim de estabelecer resultados satisfatórios, com aquisição do prazer pela leitura. Também observar a postura do aluno quanto à aproximação com a literatura, o gosto pela leitura, a participação nas atividades propostas.

### **AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS**

Debate em sala de aula acerca das questões sociais, políticas, econômicas, dentre outras presentes na obra, relacionadas com as mesmas questões na atualidade. Também avaliação escrita interdisciplinar, tendo como base a obra literária lida e temas afins.

## **PROJETOS BIMESTRAIS INTERDISCIPLINARES – REDE DE CONHECIMENTO**



## **JUSTIFICATIVA**

Atendendo à demanda da Organização Escolar em Ciclos com ênfase nas aprendizagens e atendendo ao resgate de valores propostos pelo PPP, os projetos bimestrais visam provocar nos alunos a iniciativa crítica por meio de temas possam levantar a polêmica saudável e ao mesmo tempo promover a aprendizagem.

## **OBJETIVOS**

Discutir os temas propostos de maneira interdisciplinar

Analisar como os temas podem estar presentes no cotidiano dos alunos e assim promover o debate entre os mesmo e no meio familiar.

Melhorar o relacionamento interpessoal entre alunos e professores, ajudando na disciplina e no entrosamento diário, resgatando valores presentes em cada um de nós e descobrindo a capacidade de interação harmônica na convivência em grupo.

## **RECURSOS HUMANOS**

Todos os professores regentes, coordenadores e alunos.

## **RECURSOS MATERIAIS**

Sala de aula, auditório, data show, TV, dvd's e internet (programas de aprendizagem de matemática) ou aulas selecionadas no Youtube, quadra de esportes, Datashow, materiais de papelaria

## **RECURSOS FINANCEIROS**

Recursos necessários para a viabilização da manutenção de equipamentos e recursos como folhas, tinta para reabastecimento, impressão de textos, materiais de papelaria.

## **CRONOGRAMA DE TRABALHO**

As atividades serão desenvolvidas ao longo dos bimestres de acordo com o cronograma abaixo:

Temas Geradores / Projeto Interdisciplinares	Bimestre
A importância da conservação do meio ambiente	Primeiro
Bullying	Segundo
Ética e Moral	Terceiro
Consciência Negra / Diversidade cultural	Quarto

### **CULMINÂNCIA**

As atividades serão sempre trabalhadas ao longo dos bimestres e apresentadas junto com outros projetos.

### **RESULTADOS ESPERADOS**

Provocar no aluno o espírito crítico, ético e consciente acerca de temas importantes e atuais.

Associar a Ética Social a cada tema trabalhado no bimestre, fazendo assim um link permanente com o Projeto Ética Social: um novo olhar para grandes mudanças.

### **AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS**

Verificar a aprendizagem decorrente dos temas propostos, assim como, de competências e habilidades relacionadas a Série/Ano.

## **PROJETO SALA DE RECURSOS GENERALISTA**

### **APRESENTAÇÃO/JUSTIFICATIVA**

A Sala de Recursos tem por finalidade desenvolver as potencialidades dos estudantes que apresentam necessidades educacionais especiais nos diferentes

níveis, etapas e modalidades de educação e ensino, visando à efetividade das políticas inclusivas.

A educação especial deve considerar os objetivos e fins de cada nível, etapa e modalidade de educação e ensino e o sucesso do processo inclusivo, visando ao atendimento das necessidades educacionais especiais dos estudantes, de modo a assegurar: I – dignidade humana e observância do direito de cada um, evitando-se quaisquer tipos de discriminação; II – busca da identidade, reconhecimento e valorização das diferenças e potencialidades; III – desenvolvimento da autonomia para o exercício da cidadania; IV – inserção na vida social e no mundo do trabalho com igualdade de oportunidades.

## **PÚBLICO ALVO**

Estudantes com necessidade educacional especial: Deficiente Intelectual, Deficiente Físico de Baixa, média e alta necessidade especial, Deficiência Múltipla e Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD), que durante o processo educacional apresentar limitações físicas e/ou dificuldades acentuadas de aprendizagem no processo de seu desenvolvimento educacional

Alunos inseridos no processo de Inclusão da Rede Pública.

## **RECURSOS HUMANOS**

Professores efetivos habilitados para o atendimento do público alvo:

- Marleide Pinto dos Santos
- Rinaldo Paceli Ferreira de Oliveira

## **RECURSO /MATERIAIS**

Sala de aula de 35 metros quadrados com material pedagógico, mesas, cadeiras, jogos pedagógicos, livros, revistas, jornais, filmes educativos.

## **RECURSOS FINANCEIROS**

-PDAF, FNDE.

## **OBJETIVO GERAL**

Promover a inclusão educacional e social dos alunos da rede pública de ensino do DF buscando o exercício pleno da cidadania.

#### Objetivos Específicos

- Atuar como docente nas atividades de complementação curricular específica;

- Informar à comunidade escolar acerca da legislação e das normas educacionais vigentes que asseguram a inclusão educacional;

- Responsabilizar-se junto aos docentes pela garantia da realização das adequações curriculares necessárias ao processo educacional do estudante com necessidades educacional especial;

- Fortalecer a autonomia dos estudantes a fim de levá-los a ter condições de decidir, opinar, escolher e tomar iniciativas, a partir de suas necessidades e motivações;

- Realizar atividades que estimulem o desenvolvimento dos processos mentais: atenção, percepção, memória, raciocínio, imaginação, criatividade, linguagem, dentre outros;

- Proporcionar a interação dos estudantes em ambientes sociais, valorizando as diferenças e a não discriminação;

- Reconhecer os pontos fortes e de maior interesse e as dificuldades do estudante;

- Preparar materiais e atividades específicas para o desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes.

- Ampliar o repertório comunicativo do estudante, por meio de atividades curriculares e de vida diária;

- Organizar uma rotina diária previsível e adequada para cada estudante.

#### Metodologia/descrição da ação

- Desenvolver atividades que promovam o raciocínio lógico através de jogos pedagógicos e filmes educativos;

- Promover atividades que desenvolvam a concentração e a memorização através do artesanato e jogos pedagógicos;

- Participar de atividades escolares extraclasse visando à interação social do aluno;

- Fortalecer a autonomia dos estudantes promovendo sua autoestima;

- Assegurar junto aos professores (as) regentes a plena realização das Adequações Curriculares, as adaptações de tarefas escolares e avaliações;
- Participar das atividades da horta escolar.

### **CRONOGRAMA DE TRABALHO**

- Mês de fevereiro\ março: estudo dos laudos dos alunos; reunião com os professores; reunião com os pais e\ou responsáveis; marcar atendimentos individualizados.

- Mês de março a dezembro: Realizar 02 atendimentos individualizados por semana: 01 área de humanas e 01 área de exatas; no horário contrário às aulas regulares.

- Visitas a museus e exposições pela cidade;

### **RESULTADOS ESPERADOS**

- Pleno desenvolvimento cognitivo dos alunos de acordo com suas dificuldades e potencialidades;

- Desenvolvimento de autonomia na vida escolar, familiar e comunitária;
- Aumento da autoestima buscando maior interação escolar e social;

### **PROJETO ÉTICA SOCIAL: Um novo olhar para grandes mudanças**

#### **INTRODUÇÃO**

Este projeto foi desenvolvido pela Orientação Educacional, equipe diretiva e pedagógica do Centro de Ensino Fundamental 10 de Taguatinga e tem como base norteadora o conteúdo programático desenvolvido pelo professor, doutor e procurador federal Judivan J. Vieira que tem por objetivo implantar o tema “Ética Social” a fim de contribuir com um Brasil de um povo mais ético. O projeto busca desenvolver ações pedagógicas que contemplem valores morais e éticos aceitando as diferenças culturais da comunidade escolar, além de mudanças de atitudes no que diz respeito a honestidade, convivência social, solidariedade e autonomia.

#### **JUSTIFICATIVA**

Podemos observar hoje uma crescente preocupação que a sociedade vem tendo com a Ética social, buscando em todo custo promover discussões a respeito

do assunto nas escolas e nos meios de comunicação social, isso se dá pelos inúmeros casos de corrupção no país, além das atitudes de desrespeito e violência que assolam nossos jovens e toda a sociedade.

As pessoas não nascem boas ou más: é a sociedade, quer queira, quer não que educa moralmente seus membros: a família, os meios de comunicação, o convívio com outras pessoas.

A educação formal tem ficado sob a responsabilidade da escola, devido à amplitude de seu trabalho, pois essa instituição tem exercido um papel fundamental na vida individual e coletiva das pessoas. A escola participa da formação moral de seus educandos, valores e regras são transmitidos pelos educadores, pelos materiais didáticos, pela forma de avaliação, pelos comportamentos dos próprios alunos. Portanto, trazer a ética para o contexto escolar, uma vez que através de uma visão amplificada do saber, faz-se necessário constituir-se em um espaço social que crie oportunidades enfrentando os desafios de instalar, no processo de ensino e aprendizagem que se realiza em cada área do conhecimento uma constante crítica, visando permitir a ampliação e consolidação de reconhecimento dos limites, mudanças de atitudes. Essa premissa leva ao reconhecimento de que a ética precisa estar permanentemente presente nas práticas da escola possibilitando aos atores vivenciarem a cidadania e problematização das ações e relações, dos valores e regras que os norteiam para fortalecer a democracia num âmbito maior de convivência ética, social e moral. Nesse nível de entendimento, pode-se perguntar: Como a escola pode contribuir, na sociedade moderna, para a formação ética dos indivíduos, desenvolvendo valores, como solidariedade, justiça, honestidade e autonomia? Responder essa pergunta exige pensarmos que observando o mundo globalizado em que estamos vivendo, cresce cada vez mais a importância e responsabilidade da escola com a formação integral do aluno, portanto, através da dimensão ética e considerando a ideia de que a escola é um espaço favorável para a formação dos indivíduos, justifica-se esse projeto.

## **OBJETIVO GERAL**

- Promover e organizar junto à equipe diretiva e pedagógica do CEF 10 de Taguatinga o debate, a reflexão e as discussões sobre a importância do estudo da Ética social em todas as disciplinas, que constituem a base de uma cultura e comportamento de toda uma sociedade, integrando os temas discutidos aos

componentes curriculares, interdisciplinares e propondo um programa de ações que propicie a experimentação de vivências éticas na escola e na sociedade.

### **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Promover discussão com toda comunidade escolar para a sugestão de atividades que propiciem situações de ética social na escola e sociedade.
  - Reconhecer a presença dos princípios que fundamentam normas e leis no contexto social.
    - Sensibilizar a equipe diretiva, pedagógica, frente ao tema Ética social.
    - Promover a reflexão, discussão e diálogo problematizados em torno dos valores, da ética, moral, justiça e suas manifestações e conflitos no cotidiano escolar.
  - Compreender a vida escolar como participação no espaço público, utilizando os conhecimentos adquiridos na construção de uma sociedade justa e democrática.
    - Adotar atitudes de respeito pelas diferenças entre as pessoas, repudiando as injustiças e discriminações.
    - Valorizar e empregar o diálogo como forma de esclarecer conflitos e tomar decisões coletivas.

### **RESULTADOS ESPERADOS**

Desencadear ações que promovam a ética social, com toda comunidade escolar, incluindo os pais dos alunos, provocando mudanças, transformando a escola num espaço de vivência de relações éticas, pacíficas e democráticas, de participação cooperativa e que para isso, disponham se a analisar a vida escolar, familiar e social do ponto de vista ético.

### **PÚBLICO ALVO**

Professores;

Alunos;

Coordenadores;

Equipe diretiva  
Pais e responsáveis.

## **METODOLOGIA**

Palestras e Roda de Debates com os seguintes temas:

**Tema:** Ética social: conceitos básicos sobre ética, moral e justiça.

**Tema:** A importância da família na formação ética e cidadã do indivíduo.

**Tema:** A arte do encontro consigo mesmo.

**Tema:** Ética Social e violência

**Tema:** Contextualização das realizações na busca da ética na escola- percepção no contexto familiar, social, grupal e escolar.

**Tema:** A consciência dos valores e o livre arbítrio

**Tema:** Violência na escola e discriminação, buscando a resolução de conflitos.

**Tema:** Fatores que geram um ser ético- como mudar? Resgate de valores: respeito ao próximo, solidariedade, fraternidade.

**Tema:** Uma escola diferente é construída com ética social.

Sugestões de cursos relacionados à Ética a ser desenvolvido pelo corpo docente nas coordenações pedagógicas coletivas;

Desenvolvimento de ações no decorrer de cada bimestre em consonância com os projetos bimestrais interdisciplinares.

**Formação.** Caberá a Orientação Educacional promover palestras oficinas e sessões coletivas com os professores pais e alunos a respeito de cada tema estudo.

## **CRONOGRAMA**

A cada culminância dos projetos bimestrais interdisciplinares, será uma oportunidade para os alunos associarem aquele projeto ao tema Ética Social.

1º Bimestre – Uso racional da água associado a ações éticas a esse respeito

2º Bimestre – Copa do Mundo associado à ética no esporte

3º Bimestre – Eleições e ética na política brasileira

4º Bimestre – Consciência Negra e Consciência Ética

## **AVALIAÇÃO**



A avaliação não se dará num vazio conceitual, mas sim dimensionada por modelo teórico do mundo e da Educação, traduzindo em práticas pedagógicas.

A mesma deverá se manifestar como mecanismo de diagnóstico contínuo e processual, tendo em vista o avanço e o crescimento dos alunos e professores e sua participação nas atividades de sua vida na escola, na comunidade, no trabalho.

## **RECURSOS**

Professores,  
Coordenação/ supervisão  
Equipe diretiva  
Palestrantes  
Alunos

**PROJETO INTERVENTIVO HÁBITOS DE ESTUDO: Um aliado à aprendizagem (SOE)**

## **INTRODUÇÃO**

Segundo Crawford (1965), não é possível chegar-se a outra conclusão que não a de que vale a pena estudar, pois quer ser frequente o colégio, quer outra escola qualquer, vale a pena criar o hábito de estudar. O estudo significa, de modo geral, maior lucro financeiro. Significa maior oportunidade de liderança, no interesse da sociedade.

Muitos alunos não possuem sequer um planejamento de estudos e em semanas de provas se desesperam para conseguir estudar tudo que precisa, mas devida às pressões que as épocas de testes causam nos alunos, muitos não conseguem ter um bom rendimento. É justamente aí que os hábitos de estudos podem ajudar o aluno, quando há uma disciplina e regularidade em se estudar tudo que é visto em sala de aula, o aluno consegue com facilidade assimilar o conteúdo, proporcionando um maior rendimento.

Resgatar a importância dos hábitos de estudos na escola é um dos objetivos do presente trabalho, conscientizando os alunos a assumirem uma nova atitude frente aos estudos.

## **JUSTIFICATIVA**

Cada vez mais, fala-se todos os dias na escola que os alunos devem aprender a aprender, mas o ato de aprender ultrapassa as paredes da escola e não é

somente nesse ambiente que é construído o conhecimento. Em casa é necessário haver uma prática de estudo dos alunos de modo que eles possam aprender com autonomia.

Poucos sabem, mas estudar é uma técnica e pode ser aprendida. Os hábitos de estudos são cada vez menos comuns na vida escolar dos alunos e o orientador educacional pode ser um auxiliador no processo de acompanhamento do rendimento escolar dos educandos.

Na medida em que são apresentadas novas técnicas de estudos aos alunos, são dadas oportunidades de trabalhar o conteúdo de uma forma menos desgastante. É importante também que conceitos de organização, disciplina e responsabilidade possam fazer parte do vocabulário e da vida escolar do aluno visando assim um bom desempenho.

Assim, entendemos que as dificuldades escolares apresentadas durante uma vida acadêmica podem estar associadas à falta de um planejamento de estudos. É importante a orientação aos alunos na aquisição de hábitos de estudos, pois o mesmo contribuirá para a formação de alunos que estudem com autonomia, facilitando o desempenho do aluno em suas atividades escolares e até mesmo nos espaços que vier a ocupar além de proporcionar um maior aproveitamento escolar por parte dos alunos.

### **OBJETIVO GERAL**

Auxiliar o aluno no desenvolvimento de suas capacidades e potencialidades, orientando-o na aquisição de hábitos de estudos visando o desenvolvimento e a responsabilidade do educando de forma a torná-lo um indivíduo ativo e participativo na vida escolar e social.

### **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

Instrumentalizar o aluno para a organização eficiente do trabalho escolar, tornando o aprendizado mais eficaz.

Desenvolver no aluno habilidades de coletar, comparar, selecionar, classificar, ordenar e processar informações úteis facilitando seus hábitos de estudos.

Estimular a relação de ajuda entre colegas e professores, trabalhando justamente com os outros alunos que ainda não tenham hábitos de estudos, proporcionando a eles uma possível solução aos problemas de aprendizagem.

Desenvolver no aluno atitudes de cooperação, sociabilidade, respeito, consideração, responsabilidade, tolerância e respeito às diferenças sociais.

### **METODOLOGIA**

Durante o ano letivo principalmente no início do semestre serão realizadas sessões coletivas com todas as turmas sensibilizando-as sobre a importância de estudarem diariamente.

Leitura do texto:

Orientações gerais para rotina de estudos.

Organização de um plano de estudos semanal para melhor aproveitamento de tempo. Trabalhando a organização do dia a dia do aluno.

### **AVALIAÇÃO**

A avaliação será feita a partir da observação das atitudes e mudanças de postura dos alunos frente ao hábito de estudar, uma vez que se espera melhoria no rendimento escolar dos alunos bem como as notas e qualidade das atividades desenvolvidas ao longo do ano.

Por isso serão observados os dados estatísticos na ficha individual dos alunos e através das reuniões de conselhos de classe.

### **RECURSOS HUMANOS**

Orientadora Educacional;

Professores;

Alunos;

### **RECURSOS MATERIAIS**

Textos xerocados;

Data show;

Vídeo;

Materiais diversos de multimídia.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

A. (Org.) Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. 15.ed. Campinas: Papirus Editora, 2002.

ALMEIDA, Laurinda R.O relacionamento interpessoal na coordenação pedagógica.*In.*:ALMEIDA,Laurinda R.,PLACCO,Vera M<sup>a</sup> N. de S.Coordenador pedagógico e o espaço de mudança.São Paulo:Edições Loyola,2003.

BRASIL, MEC – Conselho Escolar como espaço de formação humana: círculo de cultura de qualidade da educação - Secretaria de Educação Básica, caderno 06; 2006.

BRASIL, MEC, CNE. CEB. *Parecer nº. 15*. Brasília: 1998.

BRASIL, MEC, SEF. *Parâmetros Curriculares Nacionais*: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais. Brasília: 1998.

BRASIL. *Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, Lei nº.9394, de 20 de dezembro de 1996.

DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas. Trabalho escolar e conselho de classe. 4. ed. Campinas: Papyrus (Coleção magistério: formação e trabalho pedagógico).

DIRETRIZES de Avaliação de Processo de Ensino e de Aprendizagem Para a Educação Básica - Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

DIRETRIZES Pedagógicas - Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Disponível: <https://diversa.org.br/educacao-inclusiva/como-transformar-escola-redes-ensino/estrategias-pedagogicas/> Acessado em 04/04/2019.

Disponível: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=210&Itemid=324](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=210&Itemid=324)>. Acessado em 24 de junho de 2012.

GANDIN, Adriana Beatriz. Metodologia de Projetos na Sala de Aula. – Coleção Fazer e Transformar. Volume 1. Edições Loyola.

GANDIN, Danilo. Indicadores – Sinais da Realidade no Processo de Planejamento. – Coleção Fazer e Transformar. Volume 5. Edições Loyola.

GEMERASCA, Maristela P. e GANDIN, Danilo. Planejamento Participativo na Escola. O que é e como se faz. – Coleção Fazer e Transformar. Volume 3. Edições Loyola.

KUENZER, Acácia Zeneida. Trabalho pedagógico: da fragmentação a unitariedade possível. In: FERREIRA, Naura S.C. & AGUIAR, Márcia A.S. (orgs) Para onde vão a orientação e a supervisão educacional? Ed. Campinas: Papyrus, 2003.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. "Caixa Escolar" (verbete). *Dicionário Interativo da Educação Brasileira* - Educabrazil. São Paulo: Midiamix Editora, 2002, <http://www.educabrazil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=268>, visitado em 23/6/2012.

ORIENTAÇÕES Curriculares da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – Ensino Fundamental Séries e Anos Finais.

POLÍTICA de Promoção da Cidadania e Cultura da Paz - Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

REGIMENTO Escolar das Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

REGIMENTO Interno da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

VEIGA, I. P. A. Projeto político-pedagógico: uma construção coletiva. In: VEIGA, I. P.